



**CASA DA MOEDA DO BRASIL**

**EDITAL CMB PREGÃO ELETRÔNICO**

(Processo Administrativo n.º 18750.110134/2023-15)

SEELC – Seção de Editais e Licitações

DEGEC – Departamento de Contratações

DIGES – Diretoria de Gestão



## PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90029/2025

(Processo Administrativo n.º 18750.110134/2023-15)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que a CASA DA MOEDA DO BRASIL, por meio do Departamento de Contratações, sediado(a) na Rua René Bittencourt n.º 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, **do tipo menor preço global, pelo modo de disputa aberto**, nos termos da Lei Federal 14.133, de 1º de abril de 2021, bem como instruções normativas que a regulem, aplicáveis exclusivamente ao procedimento da licitação e no que for compatível com o Regime das Estatais, Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Decreto Federal nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, Regulamento de Licitações e Contratos da CMB e das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Data da sessão: 09 de junho de 2025

Horário: 10h

Local: Portal de Compras do Governo Federal – [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)

Unidade Compradora: 179083

### 1. DO OBJETO

- 1.1 O objeto da presente licitação é a **contratação de empresa, devidamente autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, para atuar como operadora de plano de saúde, ou como seguradora de saúde, atendendo os empregados públicos da Casa da Moeda do Brasil e seus dependentes**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.
- 1.2 No caso de haver divergência entre a descrição constante na “Descrição Detalhada do Objeto Ofertado” no sistema do Portal de Compras do Governo Federal e aquela contida no Edital, prevalecerá sempre a descrição contida no Edital.



## 2. DO CREDENCIAMENTO

- 2.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.
- 2.2 O cadastro no SICAF poderá ser iniciado pela licitante no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/), com a solicitação de login e senha pelo interessado.
- 2.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.
- 2.4 A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.
- 2.5 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.
- 2.6 Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios em razão de sua própria desconexão ou diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema.
- 2.7 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.
  - 2.7.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

## 3. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

- 3.1 Poderão participar deste Pregão empresas interessadas cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular



no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme Instrução Normativa SEGES/MPOG n.º 3, de 2018.

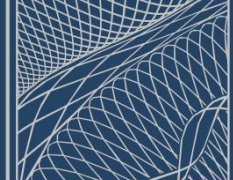
3.2 Cada representante somente poderá representar uma única licitante na disputa de cada item, lote ou grupo.

3.3 Não poderão participar desta licitação os interessados que:

- I. se enquadrem em alguma das vedações previstas na legislação, especialmente na Lei nº 13.303, de 2016, notadamente em seu artigo 38, bem como na Lei nº 14.133, de 2021, notadamente em seu artigo 14;
- II. estejam sob falência ou em processo de dissolução;
- III. estejam em recuperação judicial, salvo se amparada em certidão emitida pela instância judicial competente, que certifique que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório (Acórdãos nºs 8.271/2011 – 2ª câmara e 1201/2020 – Plenário);
- IV. estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CMB;
- V. tenham sido declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública ou estejam cumprindo penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União Federal;
- VI. estejam proibidos de licitar e contratar com a Administração Pública bem como de receber incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de pessoas jurídicas de direito público ou de pessoas jurídicas controladas pelo Poder Público, com fundamento em outros dispositivos de leis esparsas;
- VII. possuam em seu contrato ou estatuto social finalidade ou objetivo incompatível com o objeto deste Pregão;
- VIII. estejam organizados sob a forma de consórcio;
- IX. mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CMB ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;



- 3.4 Será permitida a participação de sociedades optantes do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e das Empresas de Pequeno Porte – Simples Nacional, observadas as orientações dispostas nos subitens a seguir.
- 3.4.1 Não são aplicáveis os benefícios e demais disposições previstas nos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006 no caso de licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços em geral, ao item e, em se tratando de contratação de obras e serviços de engenharia, às licitações cujo valor estimado for superior à receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.4.1.1 A obtenção dos benefícios fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- 3.4.1.2 Nas contratações com prazo de vigência superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato.
- 3.4.2 O Licitante optante do Simples Nacional que vier a executar atividade vedada pelo artigo 17 da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá beneficiar-se da condição de optante.
- 3.4.2.1 Na hipótese do subitem anterior deste Edital, uma vez celebrado o instrumento de contratação, o Contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123/2006.
- 3.4.3 O Licitante optante do Simples Nacional, que não se enquadre em situação de vedação prevista no artigo 17 da Lei Complementar nº 123/2006, somente poderá beneficiar-se de tal condição se, com o valor ofertado em sua proposta, não vier a exceder o limite de receita bruta anual, previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, ao longo da vigência do instrumento de contratação.
- 3.4.3.1 Se o Licitante optante do Simples Nacional extrapolar o limite de receita bruta anual previsto no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006



ao longo da vigência do instrumento de contratação, uma vez sendo contratado deverá providenciar, perante a Receita Federal do Brasil – RFB, sua exclusão obrigatória do Simples Nacional, no prazo estipulado pelo artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 2006.

- 3.4.4 Não serão aceitos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do instrumento de contratação fundamentados na alteração de regime tributário decorrente dos itens 3.4.1.1 e 3.4.2.1 deste Edital, devendo o Contratado arcar com eventuais custos decorrentes desta alteração.
- 3.5 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:
  - 3.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
    - 3.5.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;
    - 3.5.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
  - 3.5.2 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, no caso de licitante organizado em cooperativa;
  - 3.5.3 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;
  - 3.5.4 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;
  - 3.5.5 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
  - 3.5.6 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
  - 3.5.7 que a proposta foi elaborada de forma independente;



- 3.5.8 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 3.5.9 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.
- 3.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às consequências e sanções previstas em lei e neste Edital.

#### 4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS LANCES

- 4.1 Na presente licitação a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.
- 4.2 As licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital e seguindo-se o modelo do Anexo II, até a data e o horário estabelecidos para a abertura da sessão pública.
  - 4.2.1 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inserida no sistema.
  - 4.2.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o fornecedor registrado.
  - 4.2.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços.
  - 4.2.4 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação.
- 4.3 O cadastro da proposta no sistema implica a aceitação integral e irrevogável dos termos do presente Edital, não sendo admitidas alegações de erros, omissões ou desconhecimento de fatos e de condições que impossibilitem ou dificultem a execução do objeto licitado.





- 4.4 A licitante declarada vencedora do certame deverá enviar a proposta de preços, conforme subitem 4.2 deste Edital, de acordo com o formulário que segue como Anexo II deste Edital, com todas as informações e declarações ali constantes, devendo ser redigida em língua portuguesa, no papel timbrado da empresa, com clareza, perfeitamente legível, sem emendas, rasuras, borrões, acréscimos, ou entrelinhas, sendo datada e assinada digitalmente (por certificado digital) por seu representante legal ou procurador constituído, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.
- 4.5 O envio da proposta ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.
- 4.6 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.7 Os documentos que compõem a proposta da licitante melhor classificada somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

## **5. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 5.1 Na data e no horário de abertura da sessão pública o sistema a abrirá automaticamente, sem qualquer ingerência do Pregoeiro.
- 5.2 Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.
- 5.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.
- 5.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- 5.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.





- 5.6 Os lances serão ofertados pelo **menor preço mensal (12 meses)**, devendo a licitante após a negociação e na contratação apresentar as planilhas de composição de custos unitários do serviço licitado.
- 5.7 O licitante somente poderá oferecer **lance inferior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 5.7.1 A licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de 15 (quinze) segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 5.7.2 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de 0,1% (um décimo por cento).
- 5.7.3 O intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 3 (três) segundos.
- 5.8 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 5.9 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 5.10 Para o envio de lances na sessão pública será adotado o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos.
- 5.10.1 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 5.10.2 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
- 5.10.3 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.
- 5.10.4 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o Pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para definição das demais colocações.



- 5.10.5 Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 5.11 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 5.12 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- 5.13 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- 5.14 Somente poderá haver empate entre propostas iguais não seguidas de lances, ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa “aberto e fechado”.
- 5.14.1.1 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 55 da Lei nº 13.303, de 2016 de acordo com a ordem legalmente estabelecida.
- 5.15 O Pregoeiro se reserva o direito de excluir as propostas ou os lances simbólicos, irrisórios, de valor zero ou considerados manifestamente inexequível, que possam comprometer, restringir ou frustrar o caráter competitivo do processo licitatório.
- 5.15.1 Caso não concorde com a exclusão, a Licitante poderá manter sua proposta e eventuais lances e reingressar à fase de disputa.
- 5.15.2 A exclusão do lance não impedirá a continuidade do envio de lances pelos fornecedores.
- 5.16 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.
- 5.16.1 A negociação poderá ocorrer, entre outras hipóteses, quando a proposta da primeira colocada não atender ao critério de aceitabilidade relacionado ao preço.
- 5.16.2 Quando a primeira colocada, mesmo após a negociação, for desclassificada em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo estimativo da



contratação, a negociação poderá ser feita com as demais licitantes, respeitada a ordem de classificação estabelecida

5.17 O Pregoeiro solicitará à licitante mais bem classificada que, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

5.17.1 É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, em função da complexidade envolvida na preparação e/ou do envio da proposta ou a partir de solicitação fundamentada feita pela licitante, antes de findo o prazo, devendo informar a referida providência no chat da licitação.

5.18 A fim de verificar a pertinência de declaração de enquadramento da licitante mais bem classificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, o Pregoeiro realizará consulta ao Portal da Transparência do Governo Federal ([www.portaldatransparencia.gov.br](http://www.portaldatransparencia.gov.br)) para verificar se o somatório de ordens bancárias recebidas pela licitante ME-EPP, relativas ao último exercício e ao exercício corrente, até o mês anterior ao da data de abertura do certame extrapola o limite máximo de faturamento previsto no art. 3º da Lei complementar nº 123, de 2006.

5.18.1 Constatado, a partir da verificação de que trata o subitem anterior, que o volume de ordens bancárias recebidas pela licitante supera o limite previsto no inciso II do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, o Pregoeiro relatará o fato em campo próprio no sistema e concederá à respectiva licitante a oportunidade de manifestação acerca da matéria, com vistas a, eventualmente, demonstrar a adequação de sua declaração de enquadramento como ME/EPP.

5.18.2 Aplica-se o disposto no subitem anterior caso seja constatado, de ofício pelo Pregoeiro ou mediante provocação de terceiro, que a licitante esteja contemplada em uma das hipóteses previstas no § 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006 ou, ainda, tenha celebrado no ano-calendário de realização da licitação.

## 6. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

6.1 Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar realizando a verificação de sua conformidade quanto à sua adequação ao objeto, observados os requisitos, as especificações técnicas e os parâmetros



definidos neste Edital e seus anexos, e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

6.1.1 Será considerada vencedora do certame licitatório a licitante que apresentar o menor preço global resultante da planilha de preços constantes do ANEXO II.

6.1.1.1 Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e em seus Anexos.

6.2 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor:

6.2.1 que contenha vício(s) insanável(is);

6.2.2 com valor superior ao valor estimado, inclusive mantido após negociação;

6.2.3 que apresentar preço manifestamente inexequível;

6.2.4 não apresentarem as especificações técnicas exigidas pelo Termo de Referência ou projeto básico, inclusive às relacionadas à marca e/ou modelo, conforme documento Recomendação Técnica ou Justificativa Técnica, assinalados como únicos capazes de atender o objeto do contrato; ou

6.2.5 Não corrigir ou não justificar eventuais falhas apontadas pelo Pregoeiro(a).

6.3 Considera-se inexequível a proposta que apresente preços simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

6.4 A análise da exequibilidade da proposta de preços deverá ser realizada com o auxílio da Planilha de Custos e Formação de Preços, a ser preenchida pelo licitante em relação à sua proposta final, conforme anexo deste Edital.

6.5 A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente via sistema, no prazo de mínimo de 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

6.6 A inexequibilidade dos valores referentes a itens isolados da Planilha de Custos e Formação de Preços não caracteriza motivo suficiente para a desclassificação da proposta, desde que não contrariem exigências legais.



- 6.7 Havendo indícios de inexequibilidade do(s) valor(es) ofertado(s) ou custo(s) que compõe(m) a proposta, será instaurada diligência para que o Licitante ofertante da melhor proposta possa, no prazo fixado pelo Pregoeiro:
- 6.7.1 comprovar sua exequibilidade; ou
  - 6.7.2 ajustar o(s) custos(s) orçados(s), apresentando planilha de preço readequada, respeitando, em todo caso, o valor da sua proposta (Acórdão 2.546/2015 – Plenário e 7618/2020 - TCU – 1ª Câmara), com as respectivas justificativas para o(s) ajuste(s) realizado(s).
    - 6.7.2.1 Optando por comprovar a exequibilidade de sua proposta, o Licitante deverá apresentar justificativas e documentos que comprovem a viabilidade e a compatibilidade do(s) valor(es) e custo(s) ofertados com os custos e despesas necessários à integral execução do objeto.
- 6.8 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, sob pena de não aceitação da proposta.
- 6.8.1 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se as planilhas de custo readequadas com o valor final ofertado.
  - 6.8.2 O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado de ofício ou por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.
  - 6.8.3 Para a contagem de prazo de trata o item anterior não será considerado o tempo de eventual suspensão da sessão pública realizada pelo Pregoeiro.
- 6.9 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.
- 6.9.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
  - 6.9.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.



- 6.10 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, inclusive negociando os valores, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este Edital.
- 6.11 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública, inclusive para a realização de diligências, o Pregoeiro informará a data e horário de retorno ou, no caso de impossibilidade, a reiniciará mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.
- 6.12 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o Pregoeiro passará à fase de **verificação da habilitação do licitante**, observado o disposto neste Edital.

## 7. DA HABILITAÇÃO

- 7.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
- 7.1.1 SICAF;
- 7.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.transparenciapublica.gov.br/>);
- 7.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).
- 7.1.4 Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).
- 7.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e, também, de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 7.1.6 Caso conste na Consulta de Situação da licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para o levantamento de conjunto



de indício, analisando eventual configuração da tentativa de fraude ou burla ao sancionamento por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

- 7.1.6.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, data de constituição da nova empresa posterior à data de aplicação da sanção/impedimento ou declaração de inidoneidade, compartilhamento ou transferência da mesma estrutura física, técnica ou de recursos humanos, identidade (ou proximidade) de endereço dos estabelecimentos, identidade de telefones, e-mail's, contadores e demais informações de contrato, dentre outros.
- 7.1.6.2 Diante da presença de um conjunto convergente de indícios referidos nos subitens anteriores, o Pregoeiro registrará, no *chat*, as ocorrências levantadas, suspenderá o certame e oportunizará à licitante o exercício do contraditório e ampla defesa, devendo a licitante apresentar todos os esclarecimentos e documentação tendentes a ilidir a suspeita da prática de comportamento ilícito.
- 7.1.7 Constatada a existência de sanção ou a tentativa de fraude ou burla dos efeitos de sanção aplicada a outra empresa, o Pregoeiro (I) reputará a licitante inabilitada, por falta de condição de participação e (II) relatará o fato à autoridade competente para instauração de procedimento administrativo específico objetivando a apuração exauriente acerca dos fatos e eventual responsabilização da licitante pela prática de comportamento inidôneo.
- 7.2 O Pregoeiro poderá consultar o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal, trabalhista à qualificação econômico-financeira e habilitação técnica conforme disposto nos artigos 10, 11, 14, 15, 16 da Instrução Normativa SEGES/MPOG n.º 3, de 2018.
  - 7.2.1 Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões, especialmente quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF.
  - 7.2.2 Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo mínimo de 48 (quarenta e oito) horas, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste





Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas, empresas de pequeno porte e das sociedades cooperativas, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006, regulamentado pelo Decreto nº 8.538/2015.

- 7.3 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF além do nível de credenciamento exigido pela Instrução Normativa SEGES/MPOG n.º 3, de 2018 deverão apresentar a seguinte documentação de habilitação, após solicitação do Pregoeiro:

**7.3.1 Habilitação jurídica:**

- 7.3.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.3.1.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.3.1.3 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 7.3.1.4 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da IN DREI nº 10/2013;
- 7.3.1.5 No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- 7.3.1.6 No caso de sociedade estrangeira em funcionamento no país, Decreto de autorização e, quando a atividade assim o exigir, Ato de registro ou Autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente.
- 7.3.1.7 No caso de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;



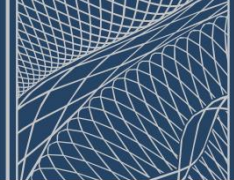
- 7.3.1.8 Todos os documentos acima devem estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

### **7.3.2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

- 7.3.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;
- 7.3.2.2 Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos e Contribuições Federais pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB) e as inscrições em Dívida Ativa da União junto a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), na forma da Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014 do domicílio ou sede da licitante;
- 7.3.2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 7.3.2.4 as licitantes deverão apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, sob pena de inabilitação.

### **7.3.3 Qualificação econômico-financeira:**

- 7.3.3.1 Os licitantes que não estiverem cadastrados no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores - SICAF no **nível da Qualificação econômico-financeira**, conforme Instrução Normativa SEGES/MPOG n.º 3, de 2018, deverão apresentar a seguinte documentação:
- 7.3.3.1.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- 7.3.3.1.1.1 A licitante poderá substituir a certidão negativa de recuperação judicial pela certidão emitida pela instância judicial competente, certificando que a interessada está apta econômica e financeiramente a participar de procedimento licitatório.
- 7.3.3.1.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;



7.3.3.1.2.1 Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis assim apresentados:

7.3.3.1.2.1.1 sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76: publicados em Diário Oficial, ou em jornal de grande circulação;

7.3.3.1.2.1.2 sociedades de grande porte, nos termos do artigo 3º da Lei nº 11.638/07, deverão seguir as disposições da Lei nº 6.404/76; (vide subitem acima);

7.3.3.1.2.1.3 outras formas societárias: por fotocópia das páginas correspondentes do Livro Diário, devidamente autenticadas na Junta Comercial ou outro órgão equivalente do Registro de Comércio da sede ou domicílio da licitante, com os competentes Termos de Abertura e Encerramento.

7.3.3.1.3 Das empresas constituídas no exercício social será exigida a apresentação de fotocópia do balanço de abertura, devidamente registrado na Junta Comercial, ou de fotocopiado Livro Diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento, devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante.

7.3.3.1.4 O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por Contador ou por profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade e pelo Titular ou representante legal da empresa LICITANTE.

7.3.3.1.5 Caso a licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

7.3.3.1.6 As empresas sujeitas à apresentação da Escrituração Contábil Digital (ECD) nos termos do art. 2º do Decreto



Federal nº 6.022/2007, com a utilização do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) deverão apresentar, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, os Termos de Abertura e Encerramento do livro digital-

7.3.3.1.6.1 Em se tratando de licitação para fornecimento de bens para entrega inferior a 30 dias, não se exigirá da microempresa ou empresa de pequeno porte a apresentação de balanço patrimonial do último exercício social;

7.3.3.1.7 Poderão ser apresentados balanços intermediários, desde que sua emissão seja autorizada pelo estatuto social da licitante ou decorrer de Lei.

7.3.3.1.8 A comprovação da situação financeira da licitante será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1, resultantes da aplicação das fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = -----;

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = -----; e

Passivo Circulante

7.3.3.1.1 As licitantes, cadastradas ou não no SICAF, independentemente do resultado de qualquer um dos índices de Liquidez Geral (LG), ou Solvência Geral (SG), ou Liquidez



Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido com valor correspondente a 10% (dez por cento) do valor da proposta.

#### 7.3.4 Qualificação Técnica

7.3.4.1 As empresas, cadastradas ou não no SICAF, deverão comprovar, ainda, a qualificação técnica, por meio de:

7.3.4.1.1 Atestado de capacidade técnica, e/ou Declaração de Capacidade Técnica, expedido por pessoa (s) Jurídica (s) de direito público ou privado que, na condição de cliente(s) final(s), comprove(m) a execução satisfatória, pela licitante, dos serviços objeto da licitação, compatíveis em no mínimo 50% do universo de beneficiários da CMB.

7.3.4.1.1.1 Fica resguardado o direito da **CMB** em efetuar diligências para verificar a veracidade das informações do(s) Atestado(s) apresentado(s).

7.3.4.1.1.2 Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

7.3.4.1.2 Apresentar certidão emitida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vinculada ao Ministério da Saúde, contemplando o número de Registros de funcionamento da licitante e o registro dos 4 produtos (planos) que concorreram e/ou apresentar os registros de planos de prateleira que sejam equivalentes aos 4 produtos (planos básico, intermediário 1, intermediário 2 e diferenciado) licitados, podendo, inclusive, serem adequados entre a contratação e a implantação definitiva.

7.3.4.1.2.1 Na hipótese de participação de cooperativas, deverão ser apresentadas certidões da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, referentes a todas as cooperativas que sejam responsáveis pela prestação de serviços.



- 7.4 Os documentos para habilitação na presente licitação serão apresentados via sistema apenas pela licitante cuja proposta tenha sido aceita na fase de julgamento, após solicitação do Pregoeiro, no prazo mínimo de **2 (duas) horas**, prorrogáveis por igual período.
- 7.5 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de mínimo de **2 (duas) horas**, sob pena de inabilitação.
- 7.6 É facultado ao Pregoeiro prorrogar os prazos estabelecidos nos subitens acima em função da complexidade envolvida na preparação do envio, de ofício ou a partir de solicitação fundamentada feita pela licitante, antes de findo o prazo, devendo informar a referida providência no *chat* da licitação.
- 7.7 As certidões que não possuírem prazo de validade somente serão aceitas se as respectivas datas de emissão não excederem a 180 (cento e oitenta) dias de antecedência da data de sua apresentação.
- 7.7.1 Não se enquadram no subitem anterior documentos tais como o Registro Comercial, Estatuto ou Contrato Social e documentos similares, evidentemente pois sua validade se encerra com a emissão de suas respectivas novas versões.
- 7.8 Ao(À) Pregoeiro(a) é reservado o direito de solicitar consulta e emitir os documentos que se encontram disponíveis nos respectivos endereços eletrônicos via Internet, no decorrer da licitação, para verificar as condições de habilitação das licitantes, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação.
- 7.9 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.
- 7.9.1 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.10 Após declarada a licitante vencedora, caso a proposta mais vantajosa tenha sido ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal, esta será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período.



- 7.10.1 A não-regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a decadência do direito de contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.
- 7.11 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro poderá suspender a sessão, informando a data e horário de retorno ou, no caso de impossibilidade, o reinício condicionado a aviso prévio no sistema com, no mínimo, **24 (vinte e quatro) horas** de antecedência.
- 7.12 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.
- 7.13 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
- 7.13.1 Complementação de informações necessárias para apurar fatos existentes à época da abertura do certame e/ou que comprovem condição atendida pela licitante através de documentos não apresentados por equívoco ou falha na juntada, adotando-se o princípio do formalismo moderado;
- 7.13.2 Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.
- 7.14 Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 7.15 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, a licitante será declarada vencedora do certame.
- 7.16 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

## 8. DOS RECURSOS

- 8.1 Qualquer licitante poderá, no prazo de **15 (quinze) minutos**, registrar sua intenção de recorrer em campo próprio do sistema, ao final da fase de julgamento das propostas, após à habilitação ou inabilitação de licitação e em decorrência de anulação ou revogação da licitação.





- 8.2 As razões de recurso deverão ser apresentadas em momento único, em campo próprio do sistema, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contados da data de intimação ou de lavratura da Ata da Sessão Pública.
- 8.3 As demais licitantes ficarão intimadas para, caso desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de **3 (três) dias úteis**, contado da data de divulgação da interposição do recurso.
- 8.4 Os recursos e contrarrazões deverão ser encaminhados exclusivamente em campo próprio do sistema.
- 8.5 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de **3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar o recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de **10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.
- 8.6 Quanto o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação da licitante a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, no prazo do subitem 8.1, sob pena de preclusão.
- 8.7 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- 8.8 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 8.8.1 A sessão pública poderá ser reaberta nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.
- 8.9 A vista dos autos do processo desta licitação poderá ser solicitada ao pregoeiro, pelo e-mail [licitacoes@cmb.gov.br](mailto:licitacoes@cmb.gov.br).

## 9. DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 9.1 Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade competente definida pelo Regulamento de Licitações e Contratos da CMB para adjudicar o objeto e homologar o procedimento, observado o disposto no art. 71 da Lei nº 14.133, de 2021.



## 10. DO CONTRATO

10.1 Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de sua convocação por e-mail, para assinar o Contrato de forma digital, preferencialmente com certificação ICP-Brasil, podendo ser utilizado o portal de assinatura digital do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI (<https://assinador.iti.br/assinatura/index.xhtml>), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

10.1.1 O prazo previsto no subitem acima poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, por solicitação justificada do fornecedor, e aceita pela CMB.

10.2 O contrato deverá ser assinado por representante legal, diretor ou sócio da empresa, com apresentação, conforme o caso e, respectivamente, de procuração ou contrato social, acompanhados de cédula de identidade.

10.3 Como condição de contratação deverão ser apresentadas todas e quaisquer licenças, alvarás e autorizações pertinentes à atividade objeto, bem como, quando for o caso, o respectivo registro do profissional responsável no órgão de classe competente.

### **10.3.1 Constitui-se condição de contratação a ausência de registros perante o Cadastro Informativo de Créditos não quitados do setor público federal.**

10.4 O prazo estabelecido para assinatura do Contrato poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

10.5 Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no Edital e/ou Termo de Referência/Especificação dos Serviços, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato.

10.6 Na hipótese de a Adjudicatária não comprovar a manutenção das condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o instrumento de contratação, a CMB, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais cabíveis, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após analisada a proposta, feita a negociação e comprovado o atendimento dos requisitos para habilitação e eventuais documentos complementares, assinar o instrumento de contratação.



## **11. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

- 11.1 As regras acerca da garantia de execução do instrumento de contratação são as estabelecidas no Instrumento Contratual, que segue como parte integrante deste Edital, no ANEXO IV.

## **12. DO REAJUSTE**

- 12.1 Os critérios de reajuste são os estabelecidos no Instrumento Contratual, que segue como parte integrante deste Edital, no ANEXO IV.

## **13. DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

- 13.1 Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização são aqueles previstos no Termo de Referência – ANEXO I e no Instrumento Contratual – ANEXO IV.

## **14. DAS OBRIGAÇÕES DA CMB**

- 14.1 As obrigações da CMB são as estabelecidas no Instrumento Contratual, que segue como parte integrante deste Edital, no ANEXO IV.

## **15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 15.1 As obrigações da CONTRATADA são as estabelecidas no Instrumento Contratual, que segue como parte integrante deste Edital, no ANEXO IV.

## **16. DO PAGAMENTO**

- 16.1 As regras acerca do pagamento são aquelas previstas no Termo de Referência – ANEXO I e no Instrumento Contratual – ANEXO IV.

## **17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 17.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, a licitante/adjudicatária que, com dolo ou culpa:



- 17.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a Pregoeiro/a durante o certame;
- 17.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:
  - 17.1.2.1 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
  - 17.1.2.2 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
  - 17.1.2.3 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
  - 17.1.2.4 deixar de apresentar amostra;
  - 17.1.2.5 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;
- 17.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
  - 17.1.3.1 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;
- 17.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;
- 17.1.5 fraudar a licitação;
- 17.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
  - 17.1.6.1 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
  - 17.1.6.2 induzir deliberadamente a erro no julgamento;
  - 17.1.6.3 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;
- 17.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- 17.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre



os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

17.3 O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, nos termos da Lei nº 13.303, de 2016, às seguintes sanções:

17.3.1 Advertência;

17.3.2 Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta;

17.3.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CMB, por prazo não superior a 2 (dois) anos, no caso de infrações cometidas após a homologação;

17.4 As penalidades de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e de contratar com a CMB poderão ser aplicadas juntamente com a penalidade de multa.

17.5 As sanções de caráter patrimonial observarão o valor limite da proposta.

17.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à licitante/adjudicatária.

17.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CMB, observado o princípio da proporcionalidade.

17.8 Sem prejuízo da aplicação de penalidades, o contratado é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros na forma disposta no artigo 76 da Lei 13.303, de 2016, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

17.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17.10 As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no instrumento de contratação.

17.11 As multas previstas, quando aplicadas, deverão ser recolhidas na Seção de Administração de Tesouraria - SETES da CMB no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação por correio ou outro meio qualquer, que ateste o recebimento.

17.11.1 Caso não haja recolhimento no prazo indicado no subitem acima e o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, quando houver, além da perda



desta, responderá a licitante pela sua diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CMB ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente nos termos dos artigos 82, §§ 2º e 3º, e 83, § 1º, da Lei 13.303, de 2016.

- 17.12 Quando interposto, o recurso deverá ser entregue assinado digitalmente pelo representante da contratada ou seu procurador devidamente constituído, em até **10 (dez) dias úteis**, contrarrecibo, ao Departamento de Contratações (DEGEC), que o receberá através da Seção de Emissão de Contratos (SEECT) pelo e-mail [seect@cmb.gov.br](mailto:seect@cmb.gov.br).

## 18. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

- 18.1 Até **05 (cinco) dias úteis** antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.
- 18.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail [licitacoes@cmb.gov.br](mailto:licitacoes@cmb.gov.br) c/c [carolina.braga@cmb.gov.br](mailto:carolina.braga@cmb.gov.br), devendo ser informado no campo “assunto” a modalidade e o número desta licitação (Pregão Eletrônico CMB nº 90029/2025 – [PLANO DE SAÚDE] A/C Pregoeira Carolina Braga).
- 18.3 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.
- 18.4 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até **03 (três) dias úteis** anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.
- 18.5 Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação, bem como responder aos pedidos de esclarecimentos no prazo de **03 (três) dias úteis**, contado da data de recebimento do pedido.
- 18.6 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
- 18.6.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.



- 18.7 As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo Pregoeiro serão entranhados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

## **19. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

- 19.1 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário pelo Pregoeiro.
- 19.2 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.
- 19.3 É facultado ao Pregoeiro, em qualquer fase do pregão, promover diligências destinadas a esclarecer, sanear ou complementar a instrução do processo desta licitação, constituindo meio legal de prova os documentos obtidos.
- 19.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 19.5 A qualquer tempo poderá a CMB negociar com a Licitante, com a finalidade de obtenção de proposta mais vantajosa.
- 19.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados e à luz do princípio do formalismo moderado, desde que não comprometam o interesse da CMB, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 19.7 A aplicação dos normativos expedidos pela Secretaria de Gestão do Ministério da Gestão e Inovação em Serviços Públicos limitar-se-á aos aspectos operacionais inerentes à parametrização do Sistema Eletrônico Compras do Governo Federal, prevalecendo os normativos regulamentares da CMB, inclusive este Edital, no que toca à disciplina da fase preparatória da contratação, atuação do Pregoeiro, prazos e procedimentos de envio da documentação pelas licitantes, diligências e saneamento de falhas, aplicação de sanções e procedimentos posteriores à homologação.





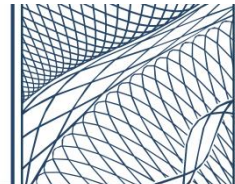
- 19.8 As limitações operacionais porventura existentes Sistema Eletrônico Compras do Governo Federal decorrentes de imposições normativas no âmbito do Sistema de Serviços Gerais – SISG de que trata o Decreto nº 1.094/1994, não vinculam a CMB, podendo ser adotadas medidas para sua superação, prevalecendo, nesses casos, a instrução constante do processo administrativo correspondente ao certame.
- 19.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a CMB não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 19.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na CMB.
- 19.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 19.12 É vedado à CMB, à licitante e a seus empregados, prepostos e gestores: a) frustrar, fraudar mediante qualquer expediente o caráter competitivo do procedimento licitatório público; ou b) impedir, perturbar ou fraudar a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público; nos termos da Lei nº 12.846/2013 e suas alterações, do Decreto nº 8420/2015, e suas alterações, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Edital.
- 19.13 Reclamações e denúncias relativas a irregularidades ou ao descumprimento pela CMB de suas normas internas ou da legislação vigente durante a condução deste procedimento licitatório poderão ser apresentadas à Ouvidoria da CMB, por meio eletrônico (no endereço eletrônico [www.casadamoeda.gov.br](http://www.casadamoeda.gov.br) ou por meio de correio eletrônico [ouvidoria@cmb.gov.br](mailto:ouvidoria@cmb.gov.br)), por meio postal endereçado à Ouvidoria CMB na Rua René Bittencourt nº 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ ou pelo telefone (21) 2184-2969.
- 19.14 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 19.15 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico <https://www.gov.br/compras/pt-br/> e [www.casadamoeda.gov.br](http://www.casadamoeda.gov.br).
- 19.16 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:



- 19.16.1 ANEXO I – Termo de Referência
- 19.16.2 ANEXO II – Cláusulas e condições para elaboração da proposta
- 19.16.3 ANEXO III – Minuta de procuração
- 19.16.4 ANEXO IV – Instrumento Contratual - Minuta do Contrato
- 19.16.5 ANEXO V – Acordo de Nível de Serviço
- 19.16.6 ANEXO VI – Sinistralidade 2019 – 2025
- 19.16.7 ANEXO VII - CIDs com afastamentos 2016 – 2024
- 19.16.8 ANEXO VIII – Relação de vidas com domicílio fora do Estado do RJ

Rio de Janeiro, RJ, 19 de maio de 2025.

**Edital publicado pela Pregoeira Carolina Braga**



## ANEXO I

## TERMO DE REFERÊNCIA

(Processo Administrativo n.º 18750.110134/2023-15)

**OBJETO:** Item 1: Prestação de Serviços Médicos e Hospitalares**1 SERVIÇOS MÉDICOS e HOSPITALARES**

1.1. À Licitante que for CONTRATADA compete assegurar aos beneficiários regularmente inscritos nos planos de saúde oferecidos os serviços e condições abaixo descritas, observando, ainda, a Lei 9656 de 03/06/98 e suas alterações, bem como, as Resoluções do Conselho Nacional de Saúde Suplementar - CONSU e disposições da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e suas alterações, inclusive o que consta da Resolução Normativa da ANS nº 387, de 28/10/2015, bem como as coberturas obrigatórias asseguradas por lei e por normas complementares ANS/MS, além de outras previstas no presente Anexo.

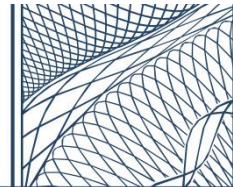
1.2. **DO PLANO MÉDICO BÁSICO** – é aquele oferecido pela **CMB** aos seus empregados e dependentes, que consiste na prestação de serviços médicos e hospitalares com **Internações em quartos coletivos e/ou enfermaria**, composta de no mínimo 01 (um) Hospital ou Casa de Saúde portador do Certificado de Acreditação/Selo Habilitado pela Organização Nacional de Acreditação – ONA nível 2 ou 3, 04 (quatro) Serviços Auxiliares de Diagnóstico, Tratamento e Laboratórios de análises clínicas de excelência, na Região Saúde Metropolitana 1.

1.2.1. Haverá coparticipação de 10% (dez por cento) do valor pago nos atendimentos de consultas eletivas, terapias e exames simples, limitados em até R\$20,00 (vinte reais) por procedimento e R\$40,00 (quarenta reais) em exames de alta complexidade e consultas de urgência, através de rede própria ou credenciada.

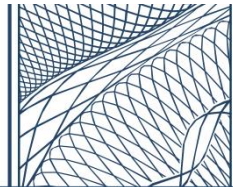
1.2.1.1. Serão assegurados, sem a necessidade de coparticipação, todos os exames, consultas, terapias e demais procedimentos destinados aos diagnósticos, quando **requisitados por profissionais médicos de família e enfermeiros de família**.

1.2.2. Demais procedimentos não terão coparticipação, na qual se incluem internações diversas, cirurgias eletivas e de urgência/emergência, home care e parto. **Outros procedimentos não poderão sofrer coparticipação, desde que determinados pela ANS.**

1.2.3. O valor total da coparticipação por mês de competência não pode exceder o **valor mensal da mensalidade da primeira faixa etária do Plano Básico, por beneficiário.**



- 1.3. **DO PLANO MÉDICO INTERMEDIÁRIO I** – é aquele destinado à adesão opcional do beneficiário. As internações deverão ser em acomodações privativas/ individuais e uma rede credenciada maior que a especificada no PLANO BÁSICO, composta de no mínimo 03 (três) Hospitais ou Casas de Saúde portadores do Certificado de Acreditação/Selo Habilitado pela Organização Nacional de Acreditação – ONA nível 2 ou 3, 10 (dez) Serviços Auxiliares de Diagnóstico, Tratamento e Laboratórios de análises clínicas de excelência, na Região Saúde Metropolitana 1.
- 1.3.1. Haverá coparticipação de 10% (dez por cento) do valor pago nos atendimentos de consultas eletivas, terapias e exames simples, limitados em até R\$20,00 (vinte reais) por procedimento e R\$40,00 (quarenta reais) em exames de alta complexidade e consultas de urgência, através de rede própria ou credenciada.
- 1.3.1.1. Serão assegurados, sem a necessidade de coparticipação, todos os exames, consultas, terapias e demais procedimentos destinados aos diagnósticos, quando **requisitados por profissionais médicos de família e enfermeiros de família.**
- 1.3.2. Demais procedimentos não terão coparticipação, onde nelas se incluem internações diversas, cirurgias eletivas e de urgência/emergência, home care e parto. **Outros procedimentos não poderão sofrer coparticipação, desde que determinados pela ANS.**
- 1.3.3. O valor total da coparticipação por mês de competência não pode exceder o **valor mensal da mensalidade da primeira faixa etária do Plano Básico, por beneficiário.**
- 1.4. **DO PLANO MÉDICO INTERMEDIÁRIO II** - é aquele destinado à adesão opcional do beneficiário. As internações deverão ser em acomodações privativas/individuais e uma rede credenciada maior que a especificada no PLANO MÉDICO INTERMEDIÁRIO I, composta de no mínimo 05 (cinco) Hospitais ou Casas de Saúde, portadores do Certificado de Acreditação/Selo Habilitado pela Organização Nacional de Acreditação – ONA, nível 2 ou 3, ou JCI/CBA, 15 (quinze) Serviços Auxiliares de Diagnóstico, Tratamento e Laboratórios de análises clínicas de excelência, na Região Saúde Metropolitana 1.
- 1.4.1. Haverá coparticipação de 10% (dez por cento) do valor pago nos atendimentos de consultas eletivas, terapias e exames simples, limitados em até R\$20,00 (vinte reais) por procedimento e R\$40,00 (quarenta reais) em exames de alta complexidade e consultas de urgência, através de rede própria ou credenciada.
- 1.4.1.1. Serão assegurados, sem a necessidade de coparticipação, todos os exames, consultas, terapias e demais procedimentos destinados aos diagnósticos, quando **requisitados por profissionais médicos de família e enfermeiros de família.**
- 1.4.2. Demais procedimentos não terão coparticipação, onde nelas se incluem internações diversas, cirurgias eletivas e de urgência/emergência, home care e parto. **Outros procedimentos não poderão sofrer coparticipação, desde que determinados pela ANS.**



1.4.3. O valor total da coparticipação por mês de competência não pode exceder o **valor mensal da mensalidade da primeira faixa etária do Plano Básico, por beneficiário.**

1.5. **DO PLANO MÉDICO DIFERENCIADO** - é aquele destinado à adesão opcional do beneficiário. As internações deverão ser em acomodações privativas/individuais e uma rede credenciada maior que a especificada no PLANO INTERMEDIÁRIO II, composta de no mínimo 07 (sete) Hospitais ou Casas de Saúde, portadores do Certificado de Acreditação/Selo Habilitado pela Organização Nacional de Acreditação – ONA, nível 2 ou 3, ou JCI/CBA, 15 (quinze) Serviços Auxiliares de Diagnóstico, Tratamento e Laboratórios de análises clínicas de excelência, na Região Saúde Metropolitana 1.

1.5.1. Haverá coparticipação de 10% (dez por cento) do valor pago nos atendimentos de consultas eletivas, terapias e exames simples, limitados em até R\$20,00 (vinte reais) por procedimento e R\$40,00 (quarenta reais) em exames de alta complexidade e consultas de urgência, através de rede própria ou credenciada.

1.5.1.1. Serão assegurados, sem a necessidade de coparticipação, todos os exames, consultas, terapias e demais procedimentos destinados aos diagnósticos, quando **requisitados por profissionais médicos de família e enfermeiros de família.**

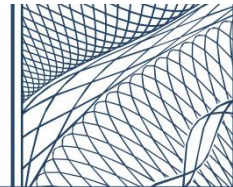
1.5.2. Demais procedimento os não terão coparticipação, onde nelas se incluem internações diversas, cirurgias eletivas e de urgência/emergência, home care e parto. **Outros procedimentos não poderão sofrer coparticipação, desde que determinados pela ANS.**

1.5.3. O valor total da coparticipação por mês de competência não pode exceder o **valor mensal da mensalidade da primeira faixa etária do Plano Básico, por beneficiário.**

1.6. Mediante acordo coletivo de trabalho ou normativo interno da CMB, os valores cobrados resultantes dos percentuais de coparticipação poderão ser suprimidos, aumentados ou reduzidos, assim como os limitadores de valores para desconto por procedimento e os limitadores de desconto mensal por beneficiário, de acordo com a legislação vigente. Caso isso ocorra, os valores devidos resultantes da coparticipação serão pagos pela contratante, podendo ou não, serem repassados aos beneficiários.

1.6.1. As modificações advindas do item 1.6 podem ensejar negociações entre contratada e contratante para adequação de nova fórmula de cálculo de desconto aos beneficiários e faturamento.

1.7. A rede própria e credenciada deverá oferecer assistência médica e hospitalar no Estado do Rio de Janeiro, nas regiões saúde abaixo especificadas, tendo por objetivo a mútua utilização em serviços de assistência médica, hospitalar, laboratorial, auxiliar e internação, incluindo serviços de urgência e de emergência 24h, bem como, **mínimo de 30 (trinta)**



**Hospitais e/ou Casas de Saúde, 300 (trezentos) Consultórios Médicos em estabelecimentos de pessoa física ou jurídica**, excluindo deste total de atendimentos em rede hospitalar, sendo admitido que 30% deste total poderá ser em Centros Médicos e Ambulatórios Hospitalares, assegurando o equilíbrio da distribuição geográfica das unidades de pronto atendimento, observando-se a abrangência/ cobertura das Regiões de Saúde da Resolução Normativa 259 e 268 da ANS, bem como suas alterações, também para o uso de rede credenciada de urgência e emergência, no Estado do Rio de Janeiro. A priorização/ concentração de unidades deve ser na região Metropolitana 1 para dentro do Estado do RJ, conforme zoneamento abaixo indicado ou suas adjacências.

1.7.1. Plano regional (Rio de Janeiro) ou superior (nacional) com garantia de atendimento de urgência e emergência nacional ou atendimento obrigatório em pelo menos 15 estados do Brasil, onde constem as cidades de: São Paulo, Belo Horizonte, Fortaleza, Salvador, João Pessoa, Manaus, Porto Alegre, Curitiba, Recife, Belém, Goiânia, Natal, Campo Grande e Brasília – Distrito Federal. O atendimento da Assistência Médica e Hospitalar fora do Estado do Rio de Janeiro pode ser por reciprocidade com operadora/ seguradora de saúde parceira.

1.7.1.1 É facultado à contratada o oferecimento de atendimento eletivo do Rol da ANS nas áreas de urgência e emergência.

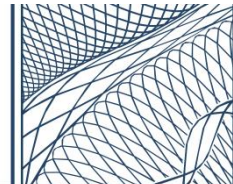
1.7.1.2 Assegurar cobertura no zoneamento abaixo indicado para o estado do Rio de Janeiro:

**Metropolitana I:** Belford Roxo, Duque de Caxias, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Queimados, Rio de Janeiro, São João de Meriti, Seropédica.

**Metropolitana II:** Itaboraí, Maricá, Niterói, Rio Bonito, São Gonçalo, Silva Jardim, Tanguá.

1.7.2. As Regiões Saúde abaixo devem possuir pelo menos **duas unidades hospitalares de referência, com urgência/ emergência 24h:**

**Serrana:** Bom Jardim, Cachoeiras de Macacu, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Guapimirim, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Vale do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes.



**Baixada Litorânea:** Araruama, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cabo Frio, Casimiro de Abreu, Iguaba Grande, Rio das Ostras, São Pedro da Aldeia, Saquarema

**Centro-Sul:** Comendador Levy Gasparian, Areal, Eng. Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Sapucaia, Três Rios, Vassouras.

**Médio Paraíba:** Barra do Piraí, Barra Mansa, Itatiaia, Pinheiral, Piraí, Porto Real, Quatis, Resende, Rio Claro, Rio das Flores, Valença, Volta Redonda.

1.7.3. A Região de Saúde da Baía da Ilha Grande (Angra dos Reis, Mangaratiba, Paraty) deve possuir pelo menos **uma unidade hospitalar de referência, com urgência/emergência 24h**, ficando a critério da contratada o oferecimento de atendimento adicional de outras unidades/especialidades em rede própria ou credenciada nessa região.

1.7.4. As regiões de saúde Norte e Noroeste não estão obrigadas a terem hospital de referência, ficando a critério da contratada o oferecimento de atendimento em rede própria ou credenciada nessas regiões.

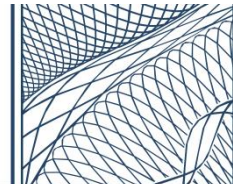
1.7.5. De comum acordo entre contratante e contratada, a CMB poderá solicitar o credenciamento de clínicas, hospitais, consultórios de pessoa física ou jurídica, de especialidades médicas ou generalistas para melhor distribuição da rede de atendimento em função da distribuição geográfica de seus empregados.

1.7.6. Constitui prerrogativa da CMB, diligenciar a qualidade da rede ofertada pela licitante que for CONTRATADA, valendo-se de eventual análise dos contratos de credenciamento.

1.7.6.1. A rede referenciada que trata o item 1.7 deverá, anualmente, ser atualizada, utilizando-se como indexador o percentual equivalente ao crescimento do número de vidas seguradas.

1.7.6.2. Exemplificativamente, poderão constar na rede credenciada os seguintes hospitais acreditados, conforme quantitativo mínimo com selos de qualidade indicados nos itens 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5: Hospital Badim, Hospital Bangu D'Or; Hospital Barra D'Or; Hospital Caxias D'Or; Hospital Rios D'Or; Hospital Norte D'Or; Hospital Copa D'Or; Hospital Copa Star; Hospital Glória D'Or; Hospital Jutta Batista (pediátrico); Hospital Oest D'Or; Hospital Niterói D'Or; Hospital Samaritano Botafogo; Hospital Samaritano Barra da Tijuca; Hospital Vitória;





Hospital Pan-Americano; Hospital Pasteur; Hospital São Vicente de Paulo; Hospital São Lucas (Copacabana) e Perinatal.

1.8. Na inexistência de Hospitais/Casas de Saúde em qualquer das Regiões Saúde constantes no item 1.7, admite-se, excepcionalmente, o credenciamento de Clínicas com capacidade de atendimento de urgência/emergência.

1.9. A eventual redução do número de vidas seguradas não importará na diminuição da rede referenciada que trata o item 1.7 e subitens.

1.10. Além dos credenciamentos acima, deverá constar na rede credenciada para todos os Planos de Saúde dos itens 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5, o mínimo de 02 (dois) Hospitais/ **Clínicas Especializadas** em tratamento de Dependência Química, com nível de excelência dentro da doutrina adotada pelos 12 (doze) passos dentro das Regiões Saúde Metropolitanas I e II, sendo desejável, exemplificativamente, os locais a seguir: Clínica Jorge Jaber; Clínica da Gávea; Saint Roman; Hospital São Francisco na Providência de Deus; Clínica Evolução (ambulatorial).

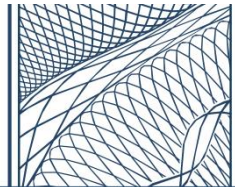
## 2 VIGÊNCIA

2.1. A implantação dos serviços será até o limite das 00h de 01/08/2025, com prazo de 12 (doze) meses, prorrogáveis até 60 (sessenta) meses, independente da data de assinatura anterior do contrato pelos representantes legais.

## 3 REEMBOLSO

3.1. **Haverá reembolso para os Planos, exceto os determinados pela legislação vigente.**

3.1.1. Nos planos INTERMEDIÁRIO I, INTERMEDIÁRIO II e DIFERENCIADO será assegurado o reembolso, conforme Tabela descrita nos itens 3.4.1 e 3.4.2, das despesas médicas e hospitalares a todos os beneficiários (titulares, dependentes e agregados), que utilizarem os serviços médicos auxiliares de diagnóstico e tratamento de sua livre escolha, desde que estejam dentro do Rol de Procedimentos vigente da ANS. Haverá reembolso de anestesia e instrumentação no Plano Básico para procedimentos do Rol da ANS.



3.1.2. Para os casos de emergência/urgência e acidente de trabalho, o reembolso das despesas realizadas será integral, independentemente do plano escolhido, de acordo com o determinado pela legislação vigente.

3.2. O reembolso deverá ser efetuado nos prazos definidos pela ANS.

3.2.1. As tabelas de reembolsos sofrerão o mesmo percentual de reajuste anual da contratada, com nova tabela vigente a partir dos aniversários de contrato ou da própria atualização da CBHPM, o que for mais vantajoso financeiramente para o beneficiário.

3.3. Não haverá reembolso de procedimentos e serviços fora do Rol da ANS. Não haverá reembolso de anestesia de procedimentos fora do Rol da ANS.

3.4. As partes reconhecem que os processos de reembolsos utilizarão como base para ressarcimento o padrão de codificação TUSS (Terminologia Unificada em Saúde Suplementar), preconizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, tendo sua valoração definida pela tabela da CBHPM – Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos vigente. Onde:

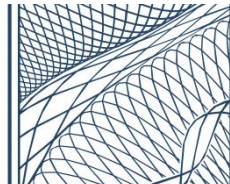
CBHPM – Classificação Brasileira Hierarquizada de Procedimentos Médicos vigente.

PNM = Preço Nacional de Medicamentos (BRASINDICE), pelo Preço Consumidor.

#### 3.4.1. ATENDIMENTO AMBULATORIAL:

PLANOS	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO I	INTERMEDIÁRIO II	DIFERENCIADO
Consultas	Sem reembolso	1 x CBHPM	2 x CBHPM	4 x CBHPM
Serviço Auxiliares de Diagnóstico e Tratamento	Sem reembolso	1 x CBHPM	2 x CBHPM	4 x CBHPM

#### 3.4.2. DESPESAS HOSPITALARES/INTERNAÇÕES E CIRURGIAS



PLANOS	BÁSICO	INTERMEDIÁRIO I	INTERMEDIÁRIO II	DIFERENCIADO
Honorários Médicos	Sem reembolso	1 x CBHPM	2 x CBHPM	4 x CBHPM
Anestesistas	1 x CBHPM	1 x CBHPM	2 x CBHPM	4 x CBHPM
Diárias, taxas e Serviços.	Sem reembolso	1 x CBHPM	1 x CBHPM	1 x CBHPM
Medicamentos	1 x PNM	1 x PNM	1 x PNM	1 x PNM

3.4.3. Para efeito de pagamento do reembolso mencionado no subitem anterior, será exigido obrigatoriamente do beneficiário, recibos no formato de nota fiscal, fatura ou recibo eletrônico conforme Instrução Normativa RFB nº 2240/2024. O documento deverá constar indispensavelmente: carimbo médico manual ou digital com o CRM ou do especialista com o registro do Conselho de Classe e CPF. Nos casos de Pessoa Jurídica, nota fiscal discriminando o serviço prestado.

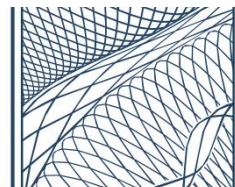
3.4.4. A CMB, poderá reter a caução do contrato, a título de resguardar o montante dos reembolsos pendentes por ocasião do término do contrato. E a devolução da caução será realizada, tão logo a Licitante que for CONTRATADA regularize os reembolsos pendentes.

3.5. Obriga-se a Licitante que for CONTRATADA a reembolsar os honorários cirúrgicos obstétricos, de acordo com a tabela CBHPM, de pacientes com gestação a partir do 6º mês, quando do início do contrato

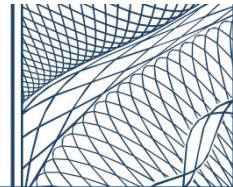
#### **4 ESPECIFICAÇÕES PARA A LICITANTE SOBRE CREDENCIAMENTO, ATENDIMENTO E IMPLANTAÇÃO DOS SERVIÇOS.**

4.1. Deverá a licitante que for CONTRATADA apresentar em formato digital, atualizado, através do qual reste evidenciado que a rede credenciada da licitante atende às exigências previstas nesta especificação.

4.2. A Licitante que for CONTRATADA obriga-se a proceder ao credenciamento ou a incluir como cooperado serviços médicos e hospitalares de interesse da CMB, desde que os indicados aceitem e satisfaçam os critérios abaixo relacionados:

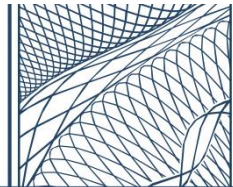


- 4.2.1. Aceitação de tabela praticada pela Licitante que for CONTRATADA.
- 4.2.2. Atendimento aos pré-requisitos técnicos para o credenciamento ou Cooperação.
- 4.3. Por ocasião da assinatura do contrato, a Licitante que for CONTRATADA deverá entregar, por escrito, à CMB os pré-requisitos técnicos para credenciamento, para conhecimento por parte da área gestora da CMB.
- 4.4. Caso o credenciamento não seja aceito pela contratada, a mesma deverá apresentar as devidas justificativas, no prazo de 10 (dez) dias úteis, podendo essas justificativas serem questionadas pela área gestora.
- 4.5. Não haverá limites de permanência para internações hospitalares, inclusive, UTI/CTI e UTI-NEONATAL.
- 4.6. A Licitante que for CONTRATADA obriga-se a manter nas dependências da CMB, de 2ª a 6ª feira, de 08:00 às 17:00 horas, **Posto ou Agência de Atendimento, com 02 (dois) funcionários, devidamente treinados e uniformizados**, com a finalidade de prestar esclarecimentos e resolver todos os assuntos ligados à execução do contrato, solucionando os problemas porventura existentes e esclarecimentos/recebimento sobre documentação de reembolsos e uso da rede.
- 4.6.1. Para a perfeita execução dos serviços, exigir-se-á da Licitante que vier a ser **CONTRATADA** a instalação de mobília e equipamentos próprios, tais como mesas, cadeiras, armário, computadores com acesso a internet através de provedor próprio sem intervenção da **CMB**, impressora, aparelhos telefônicos e fax com linha própria e demais materiais de escritório sem ônus para a **CMB**, em condições de atendimento às demandas dos beneficiários.
- 4.7. A licitante que for **CONTRATADA** deverá ter 01 (uma) Central de Atendimento, (Tele Atendimento) durante as 24 horas do dia, inclusive sábados, domingos e feriados, e, pelo menos **01** Posto ou Agência física de Atendimento na Região Saúde Metropolitana I, para prestar orientações, autorizações diversas e resolver todos os assuntos ligados à prestação dos serviços, objeto da presente licitação.
- 4.8. A licitante que for **CONTRATADA** deverá autorizar os procedimentos cirúrgicos eletivos (programados), bem como os exames de maior complexidade no prazo de até 21 (vinte e



um) dias excetuando-se as hipóteses em que comprovadamente houver a utilização de próteses, matérias e equipamentos a serem utilizados no ato cirúrgico, e ainda as autorizações que dependam de segunda opinião de consultoria técnica da especialidade médica em questão, prazo é de 45 (quarenta e cinco) dias.

- 4.9. As marcações de consultas e exames de caráter não emergencial obedecerão, rigorosamente, as disposições editadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.
- 4.10. A Licitante que for **CONTRATADA** obriga-se, por ocasião da implantação dos serviços, a manter, pelo prazo de 30 (trinta) dias, de 08:00 às 17:00 horas, anteriores a implantação da vigência do contrato, além dos atendentes previsto no caput do subitem 4.6, um profissional para acompanhar a implantação e dirimir dúvidas porventura existentes;
- 4.11. Sempre que ocorrer descredenciamento ou extinção de convênios com consultórios e clínicas especializadas, hospitais ou casas de saúde será obrigatório informar à área gestora, o motivo do descredenciamento de forma clara, bem como, a reposição desse tipo de atendimento dentro daquela região e/ou adjacências, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o descredenciamento, mediante novo credenciamento, preservando o elevado nível de atendimento, comunicando, em seguida, à CMB as providências adotadas.
- 4.12. Pelo não cumprimento do que determina o subitem acima, a licitante que for CONTRATADA, ficará sujeita às penalidades previstas no contrato.
- 4.13. A Licitante que for CONTRATADA obriga-se a indicar um Responsável pela fiel execução do Contrato, que deverá, entre outras tarefas, apresentar, no prazo de 60 dias, **Programas de Prevenção em Saúde que possam ser integrados às ações de promoção e prevenção em saúde no ambiente de trabalho e de qualidade de vida já existentes na CMB**, reunindo-se, sempre que solicitado, com a área gestora médica e social da CMB. A medida tem por escopo a avaliação do bom andamento dos serviços prestados, podendo a critério da CMB lavrar-se ata com indicações de providências a serem tomadas, para as devidas correções. Os Programas de Prevenção em Saúde apresentados pela contratada deverão estar em consonância com o previsto na resolução Normativa – RN nº 264 publicada pela ANS em 19/08/2011 e suas atualizações, bem como as orientações do Manual Técnico para Promoção da Saúde e Prevenção de Riscos e Doenças na Saúde Suplementar, publicado pela ANS, bem como deverão estar cadastrados na ANS.
- 4.14. Não serão aceitos custos de implantação dos serviços.



## **5 REMOÇÃO**

5.1. Ocorrerão por conta da Licitante que for CONTRATADA, as despesas com remoção de pacientes, em condições compatíveis com o quadro clínico avaliado pelo médico de plantão da contratada responsável pelo atendimento, que antecede a remoção, nas seguintes situações:

5.1.1. Da residência para o hospital, em razão da necessidade de internação e/ou incapacidade de locomoção própria em segurança e com risco de agravamento do quadro clínico do paciente removido, inclusive nos casos de emergências e urgências psiquiátricas.

5.1.2. Quando comprovadamente não for possível utilizar serviço próprio ou credenciado da contratada, o custo com a remoção de pacientes, dentro do perímetro urbano, inclusive UTIs Móvel, será de total responsabilidade da licitante que for CONTRATADA, mediante reembolso integral da despesa.

5.1.3. Quando for constatado a possibilidade de utilização através de meios próprios para locomoção/remoção do paciente, os custos correrão por conta do Titular do plano.

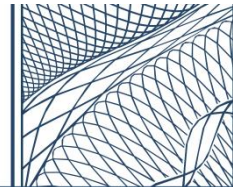
5.1.4. No caso de remoção solicitada pelos profissionais de saúde da Casa da Moeda para o hospital.

5.1.5. Do hospital para residência, quando for caracterizada a necessidade pelo médico assistente.

5.1.6. Entre Hospitais, no caso de realização de exames e/ou transferência.

5.1.7. Quando houver a necessidade de transferência inter-hospitalar de pacientes de Estados diversos para o Rio de Janeiro.

## **6 HOSPITALIZAÇÕES E INTERNAÇÕES**



- 6.1. As hospitalizações deverão ser em quartos individuais para os Planos Intermediário I, Plano Intermediário II e Diferenciado, havendo indisponibilidade de leito hospitalar nos estabelecimentos próprios ou credenciados, é garantido ao beneficiário o acesso à acomodação em nível superior, sem ônus adicional. Para o Plano Médico Básico a hospitalização se dará em quarto coletivo e/ou enfermaria, sendo facultado a contratada o acesso a acomodação individual ou superior, sem ônus adicional.
- 6.2. As Internações em hospitais e/ou clínicas especializadas serão isentas de despesas médicas, diárias, serviços dietéticos, taxas de internação e de salas de cirurgia, inclusive para partos, gessos, oxigênio e medicamentos prescritos e ministrados no hospital e/ou clínica, honorários médicos, serviços de enfermagem e exames necessários para qualquer tipo desses atendimentos;
- 6.3. Garantia de diárias, acomodações e refeições aos acompanhantes de dependentes menores de 18 (dezoito) anos, e também para os acompanhantes dos beneficiários acima de 60 (sessenta) anos, devendo a Licitante que for CONTRATADA proporcionar segundo o critério médico, as condições adequadas para a sua permanência em tempo integral, sem nenhum ônus adicional, inclusive o custo com refeições do acompanhante.

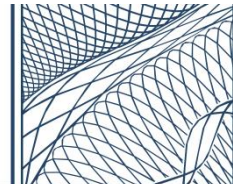
## 7 REMISSÃO

- 7.1. No caso de falecimento de empregado (a) da CMB, os beneficiários remidos (dependentes e agregados) terão direito aos serviços e benefícios previstos pelo **prazo de 24 (vinte e quatro) meses**, a contar do óbito, cabendo o custo total dos mesmos, incluindo coparticipações, por conta da Licitante que for CONTRATADA. Este benefício será mantido nos moldes do **plano médico e hospitalar básico**, contratado pela CMB.
- 7.2. É expressamente vedada a continuidade no Plano após o período supracitado de remissão, mesmo com o pagamento integral da mensalidade.
- 7.3. Fica assegurado ao recém-nato, da empregada falecida durante o parto, os direitos de Beneficiário dependente, conforme caput da cláusula supramencionada, bem como, do recém nato, no caso de falecimento da esposa do empregado da CMB.

## 8 MANUTENÇÃO E ALTERAÇÕES DE PLANO, CARÊNCIAS E QUALIFICAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS

- 8.1. Não deverá ser imposta carência de qualquer espécie aos titulares, dependentes e agregados, que optarem pelo plano de saúde contratado, no prazo de 60 (sessenta) dias,





contados a partir da data da assinatura do Contrato e/ou da assinatura de Termo Aditivo, no caso de prorrogação do mesmo.

**8.2. Estão excluídos da carência prevista no item anterior:**

8.2.1. Os empregados admitidos, readmitidos ou que retornaram da licença sem remuneração e seus respectivos dependentes legais, os filhos nascidos durante a vigência do contrato ou adotados, os enteados, o cônjuge ou companheiro(a), Homoafetivos, quando adquirirem tal condição, os pais inscritos na condição de dependente legal, e filhos maiores de 21 (vinte e um) anos, que passaram da condição de dependente legal, para a condição de agregados, será garantida inscrição, sem a necessidade de cumprimento de qualquer período de carência ou de cobertura parcial temporária, no prazo de 30 (trinta) dias.

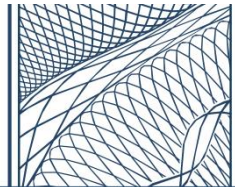
8.2.2. Será assegurada a manutenção da condição de dependente legal ao filho e equiparados maiores de 21 (vinte e um) anos e menores de 24 (vinte e quatro) anos, desde que estejam cursando universidade (graduação ou pós-graduação) ou escola técnica.

8.2.3. Empregados, pertencentes ao quadro da CMB, e seus dependentes legais, que, em decorrência de Acordo ou Dissídio Coletivo da categoria, tenham garantido o direito de inscrição no Plano Básico oferecido pela CMB.

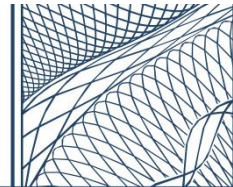
**8.3.** Os dependentes legais, se inscritos como beneficiários no Plano Básico de Assistência Médica e Hospitalar após 60 (sessenta) dias do início da vigência deste Contrato, deverão cumprir os prazos de carência definidos pela ANS.

8.4. Será facultada opção por planos intermediários e diferenciados, ficando assim, o beneficiário titular responsável pelo pagamento integral da respectiva diferença em relação ao Plano Básico de Assistência Médica e Hospitalar junto a CMB. A opção no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da assinatura do Contrato e/ou assinatura do Termo Aditivo, não implicará qualquer tipo de carência.

8.5. É permitida a inscrição do beneficiário titular em um plano e dependentes legais e ou agregados em um plano diferente entre os oferecidos pela operadora.



- 8.6. Será facultada a mudança para o plano básico, para os beneficiários inscritos anteriormente nos Planos Intermediários ou Diferenciado, sem carência, a qualquer tempo, a pedido do beneficiário titular (downgrade).
- 8.7. As inclusões/exclusões de beneficiários para efeito de utilização do plano, serão consideradas a partir do 5º dia útil da comunicação efetuada pela Área Gestora da **CMB**, ao cadastro da Operadora/Seguradora, observando ainda o prazo de mais 24h para utilização da urgência/emergência e demais prazos legais de carências, se houver.
- 8.8. Os serviços descritos nesta especificação, abrangerão inicialmente cerca de 4.995 (quatro mil, novecentos e noventa e cinco) beneficiários, sendo admitidas eventuais inclusões e exclusões mensais, mediante comunicação pela área gestora da **CMB** à Licitante que for **CONTRATADA**.
- 8.9. O quadro atual de 4.995 (quatro mil, novecentos e noventa e cinco) beneficiários, com data base dezembro/2024, conforme distribuição no planos propostos, segue no Anexo II – Formação de Custos, a ser preenchido pela licitante para pesquisa de preços.
- 8.10. Os empregados titulares ficarão responsáveis pelo respectivo pagamento dos valores unitários do plano de saúde de seus agregados, assim como dos valores de coparticipação. A CMB efetuará os descontos em folha de pagamento e repassará os valores à Licitante que for **CONTRATADA**.
- 8.11. A título de definição, são considerados para efeitos desta especificação:
- 8.11.1. Beneficiários Titulares: Presidente, Diretores, Empregados, Readmitidos, Aposentados Por Invalidez, Membros do Conselho de Administração, Membros do Conselho Fiscal da **CMB**, Empregado Cedido/Requisitado de Outros Órgãos e ex-empregados.
- 8.11.2. Beneficiários Dependentes: Conforme regulamentação prevista em Norma Interna da CMB e suas alterações, que fixa critérios para qualificação dos dependentes no âmbito da CMB; além do grupo remanescente de pais (dependentes) que já se encontravam inscritos, como tal, no cadastro da CMB;
- 8.11.3. Beneficiários Agregados: O(s) filhos(as) ou enteado(as) que perderam a condição de dependentes estabelecido em Norma Interna da CMB; grupo remanescente de agregados que já se encontravam inscritos como tal, no cadastro da CMB.
- 8.12. Não serão admitidas inscrições de novos beneficiários agregados durante a vigência do contrato, exceto para os filhos e enteados maiores de 21 (vinte e um) anos que já se



encontravam inscritos na **CMB** como Dependentes Legais, e que perderam tal condição, inclusive adotivos e tutelados, de acordo com normativo interno da CMB.

- 8.13. A licitante que for **CONTRATADA** deverá, obrigatoriamente, admitir a inscrição, na condição de beneficiário, ex-empregados que se desligaram mediante adesão ao Plano de Desligamento Voluntário - PDV, ou que cumulativamente atendam aos requisitos elencados abaixo, no momento do requerimento:

8.13.1. Estejam aposentados (artigo 31 da Lei 9656/98);

8.13.2. Demitidos sem justa causa, não aposentados (artigo 30 da Lei 9656/98);

8.13.3. Extinção do vínculo de emprego com a CMB tenha se dado a partir de 01/01/2025 em PDV;

8.13.4. O grupo segurado de que trata o item anterior ostentará idênticas condições de cobertura assistencial, com mesma segmentação, rede assistencial, padrão de acomodação em internação e área geográfica de abrangência do plano privado contratado para os empregados ativos.

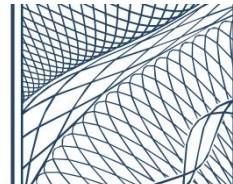
- 8.14. Por acordo entre as partes, poderá ser negociado o oferecimento de plano básico para beneficiários oriundos do item acima.

8.14.1. Atendidos os requisitos previstos no item 8.13, o ex-empregado poderá optar pela manutenção da condição de beneficiário no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a partir da extinção do vínculo de emprego com a CMB.

8.14.2. Competirá à licitante que for **CONTRATADA** a gestão financeira e administrativa dos respectivos beneficiários.

8.14.3. Entende-se como gestão financeira e administrativa a emissão e remessa de boletos/faturas de pagamento e administração de eventual inadimplência, que serão de responsabilidade exclusiva da licitante que for **CONTRATADA**, circunstância que elide qualquer responsabilidade da CMB.

8.14.4. Nos casos em que subsista inadimplência superior a 60 (sessenta) dias, a licitante que for **CONTRATADA** possuirá a prerrogativa de cancelamento dos serviços, desde que observado o devido comunicado prévio de inadimplência ao beneficiário, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, sem prerrogativa de restabelecimento do vínculo de prestação de serviço, pelo ex-empregado, mesmo em caso de posterior quitação do débito.



8.14.5. A relação jurídica encontra-se adstrita ao beneficiário e a licitante que for **CONTRATADA**, isentando-se a CMB de qualquer responsabilidade superveniente, principalmente àquelas relacionadas à inadimplência.

8.14.6. A **CMB** não subsidiará o custeio do plano de saúde, sendo o ônus financeiro responsabilidade integral do ex-empregado, devendo o valor do(s) plano(s) corresponder ao praticado para os empregados ativos.

## 9 COBERTURAS

9.1. Estarão cobertos pelo Contrato, sem limite de utilização de internações, consultas, exames e demais procedimentos, todos os serviços contemplados pela Lei 9656 de 03 de junho de 1998, e suas alterações, bem como todos os procedimentos constante no **Rol de Procedimentos da ANS** e suas alterações.

9.1.1. Eventuais acréscimos poderão ser negociados entre as partes.

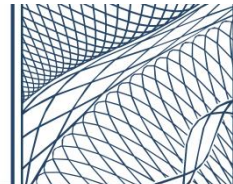
9.2. Cobertura para cirurgia reparadora de mama, abdômen avental, inclusive ginecomastia (masculina), pitose, xantelasma, desde que seja comprovada a necessidade do ato cirúrgico por Especialista credenciado.

9.2.1. A cirurgia referente ao item 9.2 poderá ser submetida à perícia pela licitante que for **CONTRATADA**.

9.3. Cobertura, **OBRIGATÓRIA**, para cirurgia plástica reparadora no caso decorrente de cirurgia bariátrica, bem como nos casos de extirpação total ou parcial de mama.

9.4. Cobertura para tratamentos de fonoaudiologia, terapia ocupacional, nutricionista e psicólogo seguirão o número de sessões previstas em Lei, Normas Regulamentadoras da ANS e suas atualizações, por beneficiário, devendo a contratada fornecer relação de profissionais credenciados.

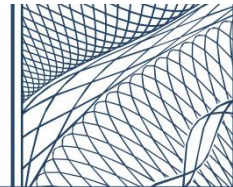
9.5. HOME CARE:



- 9.5.1. A licitante que for **CONTRATADA** deverá prestar, **OBRIGATORIAMENTE**, os serviços de **HOME CARE**, compatível com a necessidade do segurado, mediante indicação do Médico que acompanha o tratamento do Titular, Dependentes e Agregados, sem limite de utilização;
- 9.5.2. A Licitante que for **CONTRATADA** poderá oferecer outros tipos de programa de qualidade de vida, contudo a concessão de outros programas não a eximirá de sua obrigatoriedade dos serviços de HOME CARE.
- 9.5.3. Obriga-se a Licitante que for **CONTRATADA** a assumir os custos decorrentes de hospitalizações e HOME CARE remanescente do Contrato anterior, a partir do início da vigência do Contrato, de forma a evitar a descontinuidade do tratamento.
- 9.5.4. A **CMB** obriga-se a informar através de listagem os beneficiários hospitalizados, bem como, beneficiários sob o acompanhamento dos serviços de **HOME CARE**, a partir da assinatura do Contrato.
- 9.5.5. É facultada a remoção de pacientes a que se refere o subitem anterior, para hospitais da rede credenciada da Licitante que for **CONTRATADA**, desde que tenha condições de remoção, de acordo com o quadro clínico apresentado.
- 9.6. Fica a licitante que for **CONTRATADA** obrigada a fornecer medicamentos e todos os materiais necessários nos casos em que a operadora ofereça internação domiciliar como alternativa à internação hospitalar.

## 10 CLÁUSULAS ANTIFRAUDE

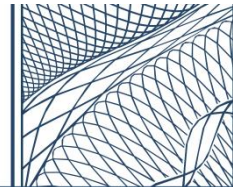
- 10.1. Cláusula antifraude para OPME. As cirurgias de livre escolha só poderão ser realizadas com a compra do material de OPME do portal exclusivo da operadora/seguradora **CONTRATADA**. Será resguardada a indicação/sugestão de 03 empresas credenciadas no portal pela equipe médica.
- 10.2. Cláusula de proteção a sinistralidade de procedimentos eletivos de alto custo. Qualquer procedimento eletivo que exceda o valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), só poderá ser autorizado após avaliação de junta médica da operadora e realizada por médico da rede credenciada/referenciada da operadora/seguradora ou, na ausência de profissional específico, a **CONTRATADA** deverá indicar formalmente o profissional para realização do(s) procedimento(s).



- 10.3. Cláusula antifraude de recibos de consultas e terapias. A CONTRATADA só deverá aceitar recibos para reembolso no formato de nota fiscal, fatura ou recibo eletrônico conforme Instrução Normativa RFB nº 2240/2024. O aceite de recibos simples será avaliado pela área de compliance da operadora/seguradora, podendo ser aceito ou não como documento para reembolso.

## 11 DISPOSIÇÕES GERAIS

- 11.1. Será assegurado o acesso à rede credenciada de livre utilização pelo Beneficiário mediante apenas a apresentação do CPF ou Cartão do Plano ou Numeração de Identificação do Plano de Assistência Médica e Hospitalar ou Carteirinha Virtual acompanhada de documento oficial de identificação com foto.
- 11.2. No caso de extravio, inclusão de novos beneficiários, ou mudança de Planos, a Licitante que for CONTRATADA se obriga a emitir Cartão de Identificação provisório, de imediato, e o Cartão de Identificação definitivo deverá ser entregue ao beneficiário em até 15 (quinze) dias.
- 11.3. A Licitante que for CONTRATADA poderá oferecer outros serviços médicos e hospitalares complementares, além dos referenciados nesta especificação, sem que, contudo, tal fato represente aumento de custo do contrato.
- 11.4. A Licitante que for declarada vencedora do certame deverá apresentar layout dos arquivos para transferência dos dados relativos aos Beneficiários da CMB, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, anteriores ao início da vigência do Contrato.
- 11.5. A CMB obriga-se a entregar à Licitante que for CONTRATADA, até 15 (quinze) dias úteis anteriores ao início da vigência do Contrato, o cadastro de beneficiários titulares, beneficiários dependentes legais e beneficiários agregados, ordenados pelos respectivos planos em que serão enquadrados.
- 11.6. Os dados a que se refere o subitem acima serão fornecidos pela CMB, de acordo com o cadastro disponível em seu arquivo de sistema de saúde.
- 11.7. A Licitante que for CONTRATADA obriga-se a entregar à CMB, em prazo de até 07 (sete) dias úteis anteriores ao início da vigência do Contrato, os cartões de identificação, agrupados em ordem alfabética e centro de custo por participantes titulares e grupo de dependentes agregados, de acordo com o plano em que se encontram inscritos.



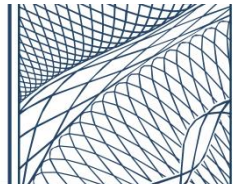
- 11.8. A licitante que for CONTRATADA obriga-se a fornecer um acesso a site/portal, com login à CMB, para fornecer em formato digital, o extrato das despesas de utilizações de consultas, exames, internações, despesas médicas de qualquer natureza dos beneficiários titulares, beneficiários dependentes legais e beneficiários agregados, por matrícula, subgrupo ou ordem alfabética.
- 11.9. A licitante que for CONTRATADA obriga-se a encaminhar ou disponibilizar em seu site/portal mensalmente planilha de prestação de serviços por análise de internação, exames, medicamentos, procedimentos e consultas das despesas de todos os beneficiários, desmembrados por faixa etária/sexo, especialidade, beneficiário, maiores usuários por quantidade e valor de todos, custo x receitas, casos crônicos por patologia, com análises atualizadas em até 03 (três) meses após as ocorrências, com acesso restrito aos profissionais designados pela Casa da Moeda. Outros relatórios poderão ser solicitados a qualquer tempo a pedido da CMB ou de Auditoria Médica contratada.
- 11.10. A licitante que for CONTRATADA deverá realizar semestralmente ampla pesquisa de satisfação com os beneficiários (por meio de mídia e/ou formulário físico), com campo para reclamações/sugestões de melhoria, com apresentação dos resultados e respectivo plano de ação para possíveis melhorias, em até 30 (trinta) dias úteis. Esse item será balizador para futuras renovações do contrato. A CMB e a contratada terão um Acordo de Nível de Serviço (ANS) para acompanhamento do contrato, conforme Anexo III.

## 12 DO REAJUSTE E DA SINISTRALIDADE

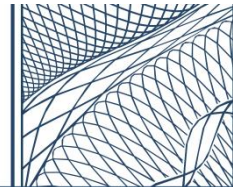
### 12.1. DO REAJUSTE:

- 12.1.1 Os preços inicialmente contratados serão reajustados após a periodicidade de 01 (um) ano, contada da data da proposta apresentada, ou da última atualização do valor contratual.
- 12.1.2 O reajustamento dos preços será feito com base na variação do IPCA calculado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE exclusivamente para obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, de acordo com a seguinte fórmula:





$R = \frac{(I - I_0).P}{I_0}$	Onde
	R = Reajuste
	I = índice da data do reajuste
	I <sub>0</sub> = índice da data da apresentação da proposta.
	P = Preço a ser reajustado
<p>R = [(I - I<sub>0</sub>) / I<sub>0</sub>] .P, onde:</p> <p>R = Reajuste</p> <p>I = N<sup>o</sup> índice da data do reajuste</p> <p>I<sub>0</sub> = N<sup>o</sup> índice da data limite da apresentação da proposta ou da concessão do último reajuste</p> <p>P = Preço do serviço a ser reajustado</p> <p>12.1.3 A aplicação da fórmula supracitada vincula-se à divulgação do índice oficial do mês de reajuste, não devendo ser utilizado o cálculo pro-rata, mas sim o mês cheio.</p> <p>12.1.4 Competem à Contratada a iniciativa de pedido de reajustamento e a apresentação do demonstrativo de cálculo para análise e aprovação do Contratante.</p> <p>12.1.5 A Contratada deverá manifestar o interesse no reajuste até a data da prorrogação contratual subsequente, devendo apresentar o demonstrativo de que trata o subitem 12.2.5, tão logo seja divulgado o índice oficial previsto no subitem 12.1.2.</p> <p>12.1.6 A não formalização do pedido de reajustamento pela Contratada ou, ainda, a sua formalização intempestivamente, ou seja, após a prorrogação do ajuste, acarretará a preclusão do direito de reajustar.</p> <p>12.1.7 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.</p> <p>12.1.8 O reajuste será realizado por apostilamento.</p>	

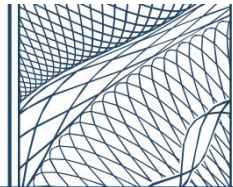


## **12.2 DA SINISTRALIDADE:**

- 12.2.1 O reajuste técnico, ou por sinistralidade, será negociado entre as partes após análise e demonstração dos custos e receitas apurados no período de doze meses e será aplicado caso a sinistralidade calculada seja menor do que 70% ou maior do que 80%.
- 12.2.2 A revisão da sinistralidade de que trata o subitem anterior será realizada a cada ano.
- 12.2.3 O percentual de revisão será apurado pela média das sinistralidades verificadas mensalmente, observando a periodicidade constante do subitem 12.1.1 . A Contratada, para fins de acompanhamento de apuração da sinistralidade pelo Contratante, deverá encaminhar mensalmente, relatórios de prêmio, sinistro, contendo dados relativos aos quantitativos e perfil de utilização dos beneficiários, maiores utilizadores e unidades hospitalares mais utilizadas.
- 12.2.4 A contratada deverá apresentar em reunião, o relatório de sinistralidade bimestralmente e, caso esteja maior que 70%, deverá apresentar planos de ação para reduzir a sinistralidade
- 12.2.5 Incumbirá à Contratada a demonstração do cálculo da sinistralidade e memória de cálculo respectiva, como pré-requisito para a revisão do preço.
- 12.2.6 A revisão do preço com base no cálculo de sinistralidade somente poderá ser aplicada no que superar o índice de reajuste anual estabelecido no Contrato.
- 12.2.7 Quaisquer serviços prestados a titular ou dependente decorrente de medida judicial não poderão ser considerados para fins de apuração da sinistralidade ou qualquer outro encargo contratual.

## **12.3 DA COMISSÃO:**

- 12.3.1 A CONTRATADA deverá constituir Comissão Técnica, em até 15 (quinze) dias do início do contrato, os nomes que comporão uma comissão de avaliação da sinistralidade composta por no mínimo três profissionais, com indicação de nomes e qualificação, que será responsável pela apresentação bimestral de relatórios de acompanhamento de sinistralidade, contendo dados relativos aos quantitativos e



perfil de utilização dos beneficiários, maiores utilizadores e unidades hospitalares mais utilizadas, assim como, encaminhar propostas de ações para mitigar o aumento da sinistralidade e apresentar respectivos resultados. Ademais, a comissão deve traçar cenários e metas a serem perseguidos de forma que o contrato se mantenha equilibrado e que os reajustes, no futuro, se mantenham dentro de limites razoáveis, evitando a saída de parte relevante da massa coberta pela empresa.

12.3.2 Será de responsabilidade da contratada apresentar relatórios de sinistralidade com dados estruturados e proposições de melhoria para sua mitigação.

12.3.3 Em caso de medidas de esclarecimento aos usuários, a contratada deve enviar os esforços com campanhas de esclarecimento e transparência, de forma a permitir à CMB e aos usuários uma campanha adequada de conscientização e esclarecimento da execução contratual.

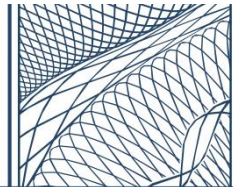
12.3.4 Em caso de aumento expressivo da sinistralidade detectado pela contratada, deverá ser convocada reunião, ainda que anterior ao período de 02 (dois) meses, para análise e discussão de medidas mitigadoras.

## **13 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

13.1 Para fins de qualificação técnico-operacional, será exigida a apresentação de um ou mais Atestados de Capacidade Técnica e/ou Declarações de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que na condição de cliente final, comprovem a execução satisfatória, pela licitante, dos serviços objeto da licitação, compatíveis em no mínimo 50% (cinquenta por cento) do universo de beneficiários da CMB, podendo a CMB diligenciar cada um dos atestados apresentados, quanto à sua real veracidade.

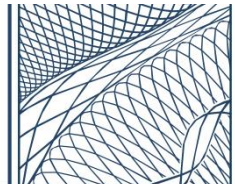
13.2 Será aceito o somatório de atestados e/ou declarações de períodos concomitantes para comprovar a capacidade técnica.

13.3 Apresentar certidão emitida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, vinculada ao Ministério da Saúde, contemplando o número de Registros de funcionamento da licitante e o registro dos 4 produtos (planos) que concorreram e/ou apresentar os registros de planos de prateleira que sejam equivalentes aos 4 produtos



(planos básico, intermediário 1, intermediário 2 e diferenciado) licitados, podendo, inclusive, serem adequados entre a contratação e a implantação definitiva..

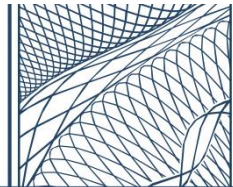
- 13.4 Na hipótese de participação de cooperativas, deverão ser apresentadas certidões da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, referentes a todas as cooperativas que sejam responsáveis pela prestação de serviços.

**ANEXO II****CLÁUSULAS E CONDIÇÕES PARA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA**

1. Fazer referência à presente licitação, com indicação do seu número de referência, em papel timbrado da licitante e, datada e assinada digitalmente (com certificado digital) pelo representante legal ou por procurador, devidamente identificado com números de CPF e RG, e respectivo cargo na licitante.
2. Não conter emendas, rasuras, entrelinhas e borrões, exceto se os mesmos forem devidamente ressalvados pelo PROPONENTE.
3. Apresentar validade de 60 (sessenta) dias consecutivos, contados a partir da data da abertura da sessão pública do pregão, caso a licitante não coloque a validade em sua proposta, será considerada como aceita a validade de 60 (sessenta) dias consecutivos.
4. Apresentar detalhadamente a descrição, o preço unitário e global dos serviços ofertados, conforme abaixo:

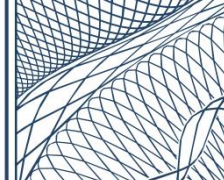
**ITEM 1 - ASSISTÊNCIA MÉDICA E HOSPITALAR**

FAIXA ETÁRIA	TOTAIS
0 -18	1138
19 -23	271
24 -28	198
29 - 33	196
34 - 38	367
39 - 43	548
44 - 48	530



49 - 53	478
54 - 58	407
>= 59	862
<b>TOTAL</b>	<b>4995</b>

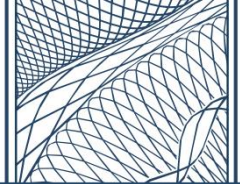
PLANO BÁSICO						
FAIXA ETÁRIA	EMPREGADOS	DEPENDENTES	AGREGADOS	TOTAL DE VIDAS	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO
0 - 18	0	398	0	398	R\$ -	0,00
19 - 23	0	148	11	159	R\$ -	0,00
24 - 28	2	48	81	131	R\$ -	0,00
29 - 33	48	38	55	141	R\$ -	0,00
34 - 38	153	54	13	220	R\$ -	0,00
39 - 43	247	102	2	351	R\$ -	0,00
44 - 48	206	118	3	327	R\$ -	0,00
49 - 53	167	138	0	305	R\$ -	0,00
54 - 58	194	91	1	286	R\$ -	0,00
>= 59	326	231	4	561	R\$ -	0,00
<b>Total</b>	<b>1343</b>	<b>1366</b>	<b>170</b>	<b>2879</b>	<b>R\$ -</b>	<b>0,00</b>



PLANO INTERMEDIÁRIO I						
FAIXA ETÁRIA	EMPREGADOS	DEPENDENTES	AGREGADOS	TOTAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO
0 -18	0	360	0	360	R\$ -	0,00
19 -23	0	70	2	72	R\$ -	0,00
24 -28	0	17	20	37	R\$ -	0,00
29 - 33	8	8	15	31	R\$ -	0,00
34 - 38	49	22	8	79	R\$ -	0,00
39 - 43	63	44	0	107	R\$ -	0,00
44 - 48	78	45	0	123	R\$ -	0,00
49 -53	72	42	3	117	R\$ -	0,00
54 - 58	51	27	0	78	R\$ -	0,00
>= 59	85	123	5	213	R\$ -	0,00
Total	406	758	53	1217	R\$ -	0,00

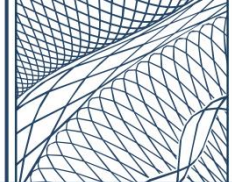
PLANO INTERMEDIÁRIO II						
FAIXA ETÁRIA	EMPREGADOS	DEPENDENTES	AGREGADOS	TOTAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO
0 -18	0	313	0	313	R\$ -	0,00
19 -23	0	38	1	39	R\$ -	0,00





24 - 28	0	12	17	29	R\$ -	0,00
29 - 33	4	11	7	22	R\$ -	0,00
34 - 38	39	24	2	65	R\$ -	0,00
39 - 43	51	36	0	87	R\$ -	0,00
44 - 48	54	24	0	78	R\$ -	0,00
49 - 53	33	21	0	54	R\$ -	0,00
54 - 58	29	13	0	42	R\$ -	0,00
>= 59	42	41	5	88	R\$ -	0,00
Total	252	533	32	817	R\$ -	0,00

PLANO DIFERENCIADO

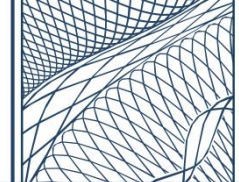


FAIXA ETÁRIA	EMPREGADOS	DEPENDENTES	AGREGADOS	TOTAL	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO
0 - 18	0	67	0	67	R\$ -	0,00
19 - 23	0	1	0	1	R\$ -	0,00
24 - 28	0	1	0	1	R\$ -	0,00
29 - 33	2	0	0	2	R\$ -	0,00
34 - 38	3	0	0	3	R\$ -	0,00
39 - 43	2	1	0	3	R\$ -	0,00
44 - 48	2	0	0	2	R\$ -	0,00
49 - 53	2	0	0	2	R\$ -	0,00
54 - 58	0	1	0	1	R\$ -	0,00
>= 59	0	0	0	0	R\$ -	0,00
Total	11	71	0	82	R\$ -	0,00

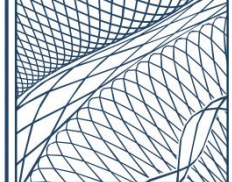
TOTAL BENEFICIÁRIOS*	4995
CUSTO MENSAL	R\$ -
CUSTO ANUAL (12 meses)	R\$ -

4.1. Não serão admitidas, posteriormente, alegações de enganos, erros ou distrações na elaboração das propostas de preços.

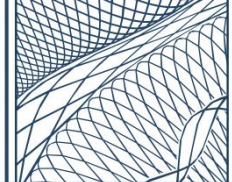
5. Informar o prazo de entrega dos serviços, conforme Termo de Referência – ANEXO I, parte integrante deste Edital.



6. Nos preços ofertados já deverão estar incluídas todas as despesas com embalagem, tributos (federais, estaduais e municipais), transporte, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem necessárias ou indispensáveis à perfeita execução do objeto da licitação.
7. No mesmo documento ou à parte, sob as penas da lei, declarar a inexistência de impeditivos à contratação com a CMB, notadamente:
  - 7.1. em relação ao art. 38 da Lei n.º 13.303/2016:
    - 7.1.1. não possui administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social que seja diretor ou empregado da CMB ou de suas subsidiárias;
    - 7.1.2. não está cumprindo penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a CMB;
    - 7.1.3. não foi declarada inidônea pela União, por Estado ou pelo Distrito Federal, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;
    - 7.1.4. não possui sócio ou administrador que seja sócio de outra empresa que está suspensa, impedida ou declarada inidônea;
    - 7.1.5. não possui sócio ou administrador que tenha sido sócio ou administrador de outra empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção; e
    - 7.1.6. que não tem, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.
  - 7.2. Em relação à Política de Transações com Partes Relacionadas (disponível em <https://www.casadamoeda.gov.br/arquivos/lai/base-juridica/politica-de-transacoes-com-partes-relacionadas.pdf>) declarar se é controlada ou não por:
    - 7.2.1. Superintendente, Diretor ou membro de Órgão previsto no estatuto social da CMB; ou por
    - 7.2.2. por cônjuge, companheiro ou parentes, consanguíneos ou afins, até o 3º grau, de qualquer pessoa referida na alínea (a) acima;
8. Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias consecutivos após apresentação da Nota Fiscal/Fatura.



9. Informações complementares tais como: razão social da licitante; CNPJ; endereço completo (inclusive CEP); telefone/e-mail; número da conta bancária; Banco/Praça; agência (código e nome).



### ANEXO III

#### MINUTA DE PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: (nome, endereço, razão social etc...)

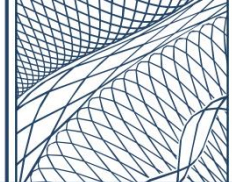
OUTORGADO: (nome e qualificação do representante)

OBJETO: representar a outorgante perante a **CASA DA MOEDA DO BRASIL**

PODERES: apresentar PROPOSTA e DOCUMENTOS após o certame, prestar declaração de que o outorgante está em situação regular perante a Fazenda Nacional, Estadual e Municipal, Seguridade Social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, bem como de que atende às exigências do Edital quanto à habilitação jurídica e qualificações técnica e econômico-financeira, formular ofertas e lances de preços nas sessões públicas, assinar as respectivas atas, registrar ocorrências, formular impugnações, interpor recursos, retirar Pedidos de Compra, assim como assinar todos e quaisquer documentos indispensáveis ao bom e fiel cumprimento do presente mandato.

LOCAL E DATA

ASSINATURA



## ANEXO IV

### MINUTA DO CONTRATO

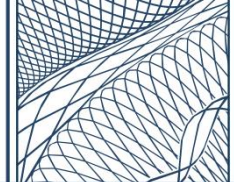
**TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº \_\_\_\_\_ QUE OBJETIVA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS E HOSPITALARES, QUE ENTRE SI FAZEM A CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB E A #####.**

**CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB**, empresa pública, criada pela Lei nº 5.895, de 19/06/1973, com sede em Brasília (DF), estabelecimento fabril na Rua René Bittencourt nº 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, Município do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ nº 34.164.319/0005-06, neste ato representada conforme seu Estatuto Social, doravante denominada **CMB** e #####, estabelecida na (ENDEREÇO), inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo seu (CARGO), Sr. (NOME), (qualificação do(s) representante(s) da **CONTRATADA**), tendo em vista o que consta no Processo nº 18750.110134/2023-15 e, em observância às disposições da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e Regulamento de Licitações e Contratos da CMB, bem como às Resoluções do CONSU e disposições da Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, inclusive o que consta da Resolução Normativa da ANS nº 387, de 28/10/2015, bem como as coberturas obrigatórias asseguradas por lei e por normas complementares ANS/MS, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, derivado do pregão eletrônico nº #####, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços médicos e hospitalares, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência – ANEXO I, parte integrante deste Contrato, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

#### 2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA



2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de 12 (doze) meses, contados do início da prestação do serviço, podendo ser prorrogado, até o limite previsto no art. 71 da Lei nº 13.303/2016, mediante acordo entre as partes.

2.1.1. A implantação dos serviços será a partir de 30 dias da assinatura do contrato, podendo, em comum acordo entre as partes, iniciar entre 01/06/2025 até o limite das 00h de 01/08/2025.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E VALOR GLOBAL

3.1. O valor estimado presente Termo de Contrato é de R\$\_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), conforme abaixo:

3.2. Nos valores acima estão incluídas todas as despesas com embalagem, tributos (federais, estaduais e municipais), transporte, encargos trabalhistas, previdenciários e comerciais e outras despesas de qualquer natureza que se fizerem necessárias ou indispensáveis à perfeita execução do objeto da contratação.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1. O pagamento será efetuado pela CMB no prazo de até 30 (trinta) dias consecutivos, contados da apresentação da Nota Fiscal/Fatura contendo o detalhamento dos serviços prestados, através de transferência bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

4.2. Ocorrendo eventuais atrasos de pagamento, provocados exclusivamente pela CONTRATANTE, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, mediante a aplicação das seguintes fórmulas:

$$I = (TX / 100) / 365$$

$$EM = I \times N \times VP$$

**Onde:**

*I = Índice de atualização financeira;*

*TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;*

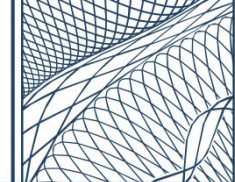
*EM = Encargos moratórios;*

*N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;*

*VP = Valor da parcela em atraso.*

4.3. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo empregado competente na nota fiscal apresentada.





4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CMB.

4.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a transferência bancária para pagamento.

4.6. Antes do pagamento o gestor ou requisitante verificará a manutenção das condições de habilitação. Acaso existente irregularidade será concedido o prazo máximo de 05 (cinco) dias para a regularização ou apresentação da justificativa da impossibilidade de fazê-lo. Não havendo regularização ou sendo a justificativa considerada improcedente, a CMB deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

4.7. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente.

4.8. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

4.8.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123 de 2006, com as alterações da Lei Complementar nº 147 de 2014, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

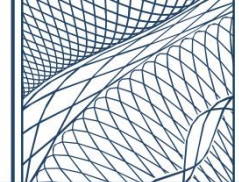
4.9. Além de outras hipóteses previstas em lei ou no Contrato, a CMB poderá descontar, do montante expresso no documento fiscal ou equivalente legal, os valores referentes a multas e indenizações apuradas em processo administrativo, bem como qualquer obrigação que decorra do descumprimento da legislação pela CONTRATADA.

## 5. CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

5.1. O recurso orçamentário destinado à cobertura da presente contratação será extraído do orçamento da CMB aprovado para o exercício de ....., especificamente da rubrica “.....”.

5.2. No orçamento seguinte a **CMB** consignará os recursos necessários aos pagamentos previstos.

## 6. CLÁUSULA SEXTA – DO REAJUSTE



6.1. Desde que atendidos os requisitos básicos de qualidade e prazos estabelecidos no ANEXO I – Termo de Referência deste Contrato, os preços contratados poderão ser reajustados, com periodicidade anual, a contar de XX/XX/XXXX, data limite de apresentação da proposta, com base na variação anual do IPCA (calculado e divulgado pelo IBGE), medido entre o último dia do mês da data limite de apresentação da proposta, e o último dia do 11º (décimo primeiro) mês seguinte ao mês referente à data limite de apresentação da proposta, com base na seguinte fórmula:

$$PCr = PCb \times \{ 1 + [(((Vi-IPCA^{(n+11)}) / (Vi-IPCA^{(n-1)})) - 1)]\}, \text{ onde:}$$

PCr = Preço Contratual reajustado;

PCb = Preço Contratual base;

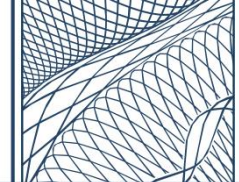
$Vi-IPCA^{(n+11)}$  = Valor do nº Índice do IPCA do 11º (décimo primeiro) mês seguinte ao mês base da data limite de apresentação da proposta;

$Vi-IPCA^{(n-1)}$  = Valor do nº Índice do IPCA do mês imediatamente anterior ao mês base da data limite de apresentação da proposta;

6.2. Compete a CONTRATADA apresentar o demonstrativo de cálculo referente ao pleito de reajuste anual de preços, destinada à CMB, conforme condições estabelecidas no caput desta cláusula.

6.3. O demonstrativo de cálculo referenciado no subitem anterior será encaminhado formalmente pela CONTRATADA ao Gestor do CONTRATO, mediante correspondência com confirmação de recebimento, que providenciará a verificação prévia e emitirá manifestação quanto à conformidade ou não da Contratada no atendimento aos requisitos básicos de qualidade e prazos estabelecidos no ANEXO I – Termo de Referência deste Contrato, que deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias úteis a contar da data de apresentação e protocolo de recebimento da correspondência da Contratada na CMB;

6.4. Após manifestação prévia do Gestor do CONTRATO, este encaminhará imediatamente o pleito da CONTRATADA ao órgão financeiro da CMB responsável pela análise de cláusulas contratuais de reajuste de preços, que efetuará análise e emissão de pronunciamento técnico em 5 (cinco) dias úteis a contar da data de recebimento, pelo órgão financeiro, da correspondência da Contratada contendo anexa a manifestação do Gestor do Contrato.



6.5. O reajuste técnico, ou por sinistralidade, será negociado entre as partes após análise e demonstração dos custos e receitas apurados no período de doze meses e será aplicado caso a sinistralidade calculada seja menor do que 70% ou maior do que 80%.

6.6. A revisão da sinistralidade de que trata o subitem anterior será realizada a cada ano.

6.7. O percentual de revisão será apurado pela média das sinistralidades verificadas mensalmente, observando a periodicidade constante do subitem 6.1. A Contratada, para fins de acompanhamento de apuração da sinistralidade pelo Contratante, deverá encaminhar mensalmente, relatórios de prêmio, sinistro, contendo dados relativos aos quantitativos e perfil de utilização dos beneficiários, maiores utilizadores e unidades hospitalares mais utilizadas.

6.8. A contratada deverá apresentar em reunião, o relatório de sinistralidade bimestralmente e, caso esteja maior que 70%, deverá apresentar planos de ação para reduzir a sinistralidade

6.9. Incumbirá à Contratada a demonstração do cálculo da sinistralidade e memória de cálculo respectiva, como pré-requisito para a revisão do preço.

6.10. A revisão do preço com base no cálculo de sinistralidade somente poderá ser aplicada no que superar o índice de reajuste anual estabelecido no Contrato.

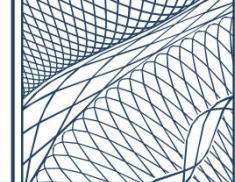
6.11. Quaisquer serviços prestados a titular ou dependente decorrente de medida judicial não poderão ser considerados para fins de apuração da sinistralidade ou qualquer outro encargo contratual.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. A CONTRATADA, no prazo de 45 (quarenta e cinco) dias após a assinatura do Termo de Contrato, prestará garantia no valor de R\$.....(.....), correspondente a 5% (cinco por cento) do valor do total Contrato, que será liberada de acordo com as condições previstas neste Contrato, conforme disposto no art. 70 da Lei nº 13.303, de 2016, desde que cumpridas as obrigações contratuais. O prazo para apresentação da garantia poderá ser prorrogado por igual período a critério da CMB;

7.1.2 A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento);

7.1.3 O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a CMB a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas.



7.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger um período de mais 3 (três) meses após o término da vigência contratual;

7.3. Em caso de necessidade de apresentação da garantia, caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia:

7.3.1. caução em dinheiro;

7.3.2. seguro-garantia;

7.3.3. fiança bancária.

7.4. Optando pela modalidade fiança bancária, o instrumento de Fiança deverá prever a renúncia expressa, pelo fiador, ao benefício de ordem disposto no artigo 827 do Código Civil.

7.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

7.3.1 Prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

7.3.2 Prejuízos causados à CMB ou a terceiro, independentemente de comprovação de culpa ou dolo, durante a execução do contrato;

7.3.3 As multas moratórias e punitivas aplicadas pela CMB à CONTRATADA;

7.3.4 Obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela Contratada.

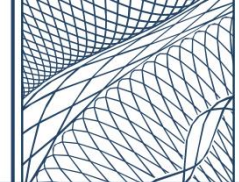
7.6. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior;

7.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CMB, no Banco do Brasil – Agência 3309-X - Conta Corrente 85001-2- código identificador CPF/CNPJ da contratada, informando à **Seção de Tesouraria - SETES** e será restituída com atualização monetária de acordo com a legislação aplicável;

7.8. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência do Contrato, utilização total ou parcial da garantia pagamento de qualquer obrigação ou em situações outras que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a CONTRATADA deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo a ser determinado pela CMB, não inferior a 05 (cinco) dias úteis, ou pactuado em aditivo ou em apostilamento, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

7.9. A CMB não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

7.8.1 Caso fortuito ou força maior;



7.8.2 Descumprimento das obrigações pelo contratado decorrentes de atos ou fatos praticados pela CMB;

7.8.3 Atos ilícitos dolosos praticados por empregados da CMB.

7.10. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas nesta cláusula;

7.11. Será considerada extinta a garantia:

7.11.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CMB, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

## **8. CLÁUSULA OITAVA – DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO**

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo deste Contrato.

## **9. CLAÚSULA NONA – DO REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DA FISCALIZAÇÃO**

9.1. Os serviços serão prestados sob o regime de execução de empreitada por preço unitário.

9.2. Em cumprimento ao art. 40, VII c/c 69 da Lei nº 13.303, 2016, a Superintendente do Departamento de Gestão de Pessoas – DEGEP da CMB designará preferencialmente comissão para acompanhar e fiscalizar a prestação dos serviços, anotando no processo de acompanhamento todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

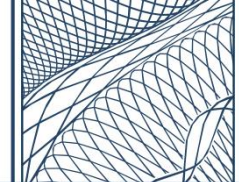
## **10. CLÁUSULA DÉCIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CMB**

10.1. Autorizar o acesso da CONTRATADA às suas instalações, quando necessário em função do Contrato, desde que cumpridas as normas de segurança da CMB.

10.2. Fornecer todas as informações ou esclarecimentos e condições necessárias à plena execução do instrumento contratual.

10.3. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

10.4. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por empregado especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.



10.5. A CMB poderá solicitar o envio de relatórios detalhados e ainda outras informações que julgar necessárias ao acompanhamento da execução do contrato.

10.6. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção.

10.7. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, através de comissão/empregado especialmente designado;

10.8. Efetuar o pagamento à CONTRATADA no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no presente Contrato e seus anexos.

10.9. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada, quando for o caso.

10.10. Avaliar periodicamente a execução do contrato quanto a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa e exigir a assinatura de Termo de Confidencialidade do representante legal e dos profissionais envolvidos na execução sempre que estes tenham ou passem a ter acesso a informações sigilosas.

10.11. A CMB não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

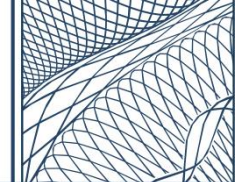
## **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

11.1.1 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da execução ou de materiais empregados, no prazo fixado neste Contrato e e/ou nos seus anexos.;

11.1.2 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;

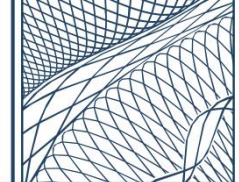
11.1.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções decorrentes da



execução ou de materiais empregados, no prazo fixado neste Contrato e e/ou nos seus anexos.

- 11.1.4 Reparar todos os danos e prejuízos causados à CMB ou a terceiros, não restando excluída ou reduzida esta responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por parte do Gestor/Fiscal do Contrato.
- 11.1.5 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 11.1.6 Observar e fazer observar, por seus empregados e prepostos, o disposto na legislação aplicável a prestação de serviços;
- 11.1.7 Indicar preposto para representá-la durante a vigência do Contrato;
- 11.1.8 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 11.1.9 Deter instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação;
- 11.1.10 Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços;
- 11.1.11 Manter, durante toda a vigência do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovando-as sempre que solicitado pela CMB;
- 11.1.12 A CONTRATADA deverá se responsabilizar pela guarda e sigilo das informações da CMB que vier a ter acesso.
- 11.1.13 A CONTRATADA deverá certificar-se da adoção dos procedimentos necessários ao cumprimento da Lei nº 13.709/2018;
- 11.1.14 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.
- 11.1.15 Não poderão beneficiar-se da condição de optante pelo Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em alguma das situações previstas no art. 17, da Lei Complementar nº 123/06, salvo se dedicarem-se exclusivamente às atividades referidas nos §§5º-B a 5º-E do art. 18 desta Lei Complementar, ou as exerçam





em conjunto com outras atividades que não tenham sido objeto de vedação no caput deste artigo;

11.1.16 A CONTRATADA permitirá a atuação e/ou fiscalização, em nome da CMB, de empresa de consultoria ou de auditoria atuarial para fiscalizar, a qualquer momento, a execução do contrato, verificando todas as planilhas e tendo acesso irrestrito a todos os dados referentes à utilização e aos custos do contrato.

11.1.17 A empresa de auditoria ou de consultoria atuarial eventualmente contratada terá o direito de participar, a pedido da CMB, de qualquer tratativa de renovação ou majoração do contrato por ocasião do reajuste proposto.

11.1.18 A empresa deve disponibilizar relatórios gerenciais informatizados trimestralmente ao Fiscal do Contrato e/ou à empresa de consultoria ou auditoria indicada pela CMB para fins de acompanhamento da contratação.

11.1.19 A CONTRATADA deverá se submeter ao Acordo de Nível de Serviço – ANS e demais obrigações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

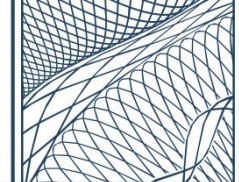
11.1.20 A CONTRATADA, no prazo de 90 dias do início da vigência contratual, se compromete a adotar medidas eficazes, conforme suas políticas internas, para promover a equidade na ocupação das vagas, buscando, sempre que possível, a distribuição equilibrada entre homens e mulheres, bem como entre pessoas de diferentes raças e etnias.

## **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA SUBCONTRATAÇÃO**

12.1. Fica vedado neste ato, à CONTRATADA, transferir, ceder, subcontratar, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais CLÁUSULAS estabelecidas no presente Contrato, sem a competente, expressa e formal anuência da CMB.

## **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ANTICORRUPÇÃO, ÉTICA, CONDUTA E INTEGRIDADE**

13.1. Na execução do presente Contrato é vedado à CMB e à CONTRATADA e a seus empregados, prepostos e gestores: a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada; b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente instrumento; c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato; ou e) de



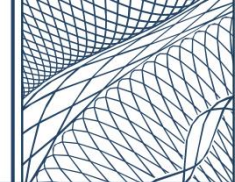
qualquer maneira fraudar o presente Contrato; assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 e suas alterações, do Decreto nº 11.129/2022, ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

13.1.1 Além das disposições expressas neste contato, as partes pautarão o seu relacionamento na Integridade exigida nas relações público-privadas, rejeitando qualquer tipo de ação que resulte em vantagem indevida para agentes públicos e privados envolvidos, incluindo eventuais fornecedores, terceirizados ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas relacionadas com a cadeia de fornecimento do objeto deste contrato, assumindo pleno conhecimento e cumprimento das seguintes normas e orientações, além de outras eventualmente cabíveis:

- ❖ Lei Federal 13.303/2016 – Lei das Estatais;
- ❖ Lei Federal 12.846/2013 – Lei Anticorrupção;
- ❖ Decreto Federal 11.129/2022 - Regulamento da Lei Anticorrupção;
- ❖ Guia “Programa de Integridade – Diretrizes para Empresas Privadas” da Controladoria Geral da União (<https://www.gov.br/cgu/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/integridade/arquivos/programa-de-integridade-diretrizes-para-empresas-privadas.pdf>)
- ❖ Código de Ética, Conduta e Integridade da Casa da Moeda do Brasil: (<https://www.casadamoeda.gov.br/arquivos/pcmb/a-empresa/etica/codigo-de-etica/codigo-de-etica-cmb.pdf>)
- ❖ Programa de Integridade da Casa da Moeda do Brasil: (<https://www.casadamoeda.gov.br/arquivos/pcmb/transparencia/acesso-a-informacao/institucional/cartilha-programa-integridade.pdf>).

13.1.2 Caso possua Programa de Integridade implementado, ainda que pautado em legislação estrangeira, a CONTRATADA o fornecerá para conhecimento da CMB.

13.1.3 A CONTRATADA concorda em submeter-se a ações de diligência promovidas pelas áreas de contratações e governança da CMB relativas ao cumprimento das normas e orientações acima relacionadas, colaborando com informações e documentos que sejam solicitados, voltados para o cumprimento do programa de integridade da CMB, resguardados os sigilos financeiros, empresariais e industriais que não se relacionem com o objeto do Contrato.



13.1.4 A CONTRATADA ou qualquer um de seus colaboradores denunciara à Ouvidoria da CMB, inclusive mediante os meios de proteção e preservação de identidade cabíveis, quaisquer condutas inadequadas - consumadas, tentadas ou propostas - relativas a vantagens ilícitas, fraudes ou qualquer prática de corrupção concernente ao relacionamento entre as partes deste contrato.

13.1.4.1 Reclamações e denúncias relativas a irregularidades ou ao descumprimento pela CMB de suas normas internas ou da legislação vigente durante a condução deste CONTRATO poderão ser apresentadas à Ouvidoria da CMB, por meio eletrônico (no endereço eletrônico [www.casadamoeda.gov.br](http://www.casadamoeda.gov.br) ou por meio de correio eletrônico [ouvidoria@cmb.gov.br](mailto:ouvidoria@cmb.gov.br)), por meio postal endereçado à Ouvidoria CMB na Rua René Bittencourt nº 371, Distrito Industrial de Santa Cruz, Rio de Janeiro/RJ ou pelo telefone (21) 2184-2969.

13.1.5 A CONTRATADA informará à CMB, com o detalhamento cabível, qualquer procedimento de responsabilização em decorrência de supostos atos de corrupção, no Brasil ou no exterior, que eventualmente venha a ser submetida em decorrência de legislação nacional ou estrangeira.

13.1.6 Casos de quebra de sigilo contratual ou qualquer outra hipótese de quebra de contrato, serão passíveis de indenização;

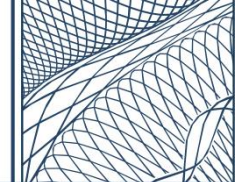
13.1.7 A transgressão a qualquer das disposições relativas ao cumprimento de normas e orientações de Integridade neste contrato e na respectiva legislação serão objeto de Processo Administrativo de Responsabilização – PAR, a ser instaurado pela CMB ou pela Controladoria-Geral da União – CGU, sem prejuízo das responsabilizações civis, penais e administrativas das pessoas físicas envolvidas em tais atos, bem como pela possibilidade de resolução contratual por responsabilidade do contratado.

#### **14 CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA VEDAÇÃO AO NEPOTISMO**

14.1 Nos termos do art. 7º do Decreto 7.203 de 2010, fica vedada, para prestar serviços na CMB, a contratação de cônjuge, companheiro ou de parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até terceiro grau de servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, do quadro de pessoal da Contratante.

#### **15 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

15.1 Comete infração administrativa, a CONTRATADA que:



15.1.1 inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

15.1.2 ensejar o retardamento da execução do objeto;

15.1.3 falhar ou fraudar na execução do Contrato;

15.1.4 comportar-se de modo inidôneo;

15.1.5 cometer fraude fiscal;

15.2 A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

15.2.1 advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a CMB;

15.2.2 multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite do valor total do contrato;

15.2.3 multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor total do Contrato, no caso de inexecução total do objeto;

15.2.4 em caso de inexecução parcial, a multa, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

15.2.5 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Casa da Moeda do Brasil por até 2 (dois) anos;

15.3 As penalidades de advertência e de suspensão temporária poderão ser aplicadas juntamente com a penalidade de multa.

15.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 83, III da Lei nº 13.303, de 2016, a CONTRATADA que:

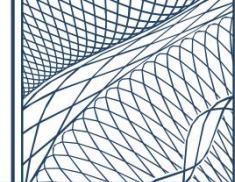
15.4.1 tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

15.4.2 tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

15.4.3 demonstre não possuir idoneidade para contratar com a CMB em virtude de atos ilícitos praticados.

15.5 As sanções de caráter patrimonial observarão o valor limite do contrato.

15.6 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, conforme §2º do art. 82 e §2º do art. 83 da Lei n.º 13.303/16.



15.7 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à CMB, observado o princípio da proporcionalidade.

15.8 Sem prejuízo da aplicação de penalidades, a CONTRATADA é responsável pelos danos causados à Administração ou a terceiros na forma disposta no artigo 76 da Lei 13.303/2016, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado.

15.9 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF;

15.10 As multas previstas, quando aplicadas, deverão ser recolhidas na Seção de Tesouraria - SETES da CMB no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação por correio ou outro meio qualquer, que ateste o recebimento.

15.10.1 Caso não haja recolhimento no prazo indicado no subitem acima e o valor da multa for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a CONTRATADA pela diferença, a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela CMB ou, ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, nos termos dos artigos 82, §§2º e 3º e 83, §1º, da Lei nº 13.303/2016.

15.11 Quando interposto, o recurso deverá ser entregue assinado digitalmente pelo representante da contratada ou seu procurador devidamente constituído, em até 10 (dez) dias úteis, contrarrecibo, ao Departamento de Contratações (DEGEC), que o receberá através da Seção de Emissão de Contratos (SEECT) pelo e-mail seect@cmb.gov.br.

## **16 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESCISÃO**

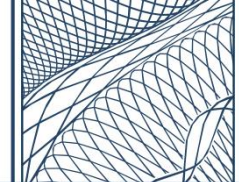
16.1 O presente Contrato poderá ser rescindido por acordo entre as partes, bem como nos demais casos legais.

16.2 Sem prejuízo da aplicação das sanções previstas, a CMB poderá rescindir o contrato na hipótese prevista no artigo 82, §1 da Lei nº 13.303/2016 e na hipótese de inexecução total ou parcial do objeto.

16.3 Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito ao contraditório e ampla defesa.

## **17 CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS VEDAÇÕES**

17.1 É vedado à CONTRATADA:



17.1.1 transferir, ceder, negociar, utilizar em qualquer hipótese como garantia ou instrumento de fiança ou caução, seja comercial ou bancária, bem como transacionar com terceiros de qualquer personalidade jurídica, as obrigações, responsabilidades e demais **CLÁUSULAS** estabelecidas no presente Contrato, sem a competente, expressa e formal anuência da **CMB**.

17.1.2 interromper a execução contratual sob alegação de inadimplemento por parte da **CMB**, salvo nos casos previstos em lei.

## 18 CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

18.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81 da Lei nº 13.303, de 2016.

## 19 CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DO SIGILO DAS INFORMAÇÕES E DA PROTEÇÃO A DADOS PESSOAIS

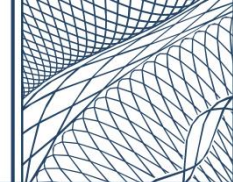
19.1 Caso a CONTRATADA venha a ter acesso a dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa, direta ou indiretamente, em decorrência da execução do objeto contratual, deverá manter o sigilo dos mesmos, bem como orientar os profissionais envolvidos a cumprir esta obrigação, respeitando-se as diretrizes contidas nos normativos da CMB que orientam este assunto, em especial a POL-GOV.001 - Política de Proteção de Dados Pessoais (<https://www.casadamoeda.gov.br/arquivos/lai/base-juridica/politica-de-protecao-de-dados-pessoais-e-divulgacao-de-informacoes.pdf>), além da observância dos termos da Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011 e da Lei 13.709, de 14 de agosto de 2018.

19.1.1 Sempre que solicitado pelo Gestor do Contrato, a CONTRATADA deverá providenciar a assinatura, por seu representante legal e pelos profissionais que tiverem acesso a informações sigilosas, dos Termos de Confidencialidade a serem disponibilizados pela CMB.

19.2 As PARTES devem estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709, de 2018), assumindo toda e qualquer responsabilidade por violação à legislação de proteção de dados e privacidade nos tratamentos que eventualmente realizarem, diretamente ou por intermédio de outrem.

19.2.1 A CONTRATADA está ciente de que a CMB, em virtude da natureza de suas atividades, adota controles rígidos para acesso físico às suas unidades industriais, abrangendo o tratamento de dados pessoais para verificações prévias e registros de acesso, inclusive mediante câmeras, e, se necessário, inspeção de cargas e pertences pessoais.





19.3 A CMB atuará como controladora e a CONTRATADA atuará como operadora nos tratamentos dos dados pessoais para a execução do presente Contrato, para os fins da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD (Lei nº 13.709, de 2018).

19.4 A CONTRATADA observará as instruções e os limites estabelecidos pela CMB para o tratamento dos dados pessoais e demais informações sigilosas, bem como os requisitos e vedações estabelecidos pela LGPD e pela Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011).

19.5 Os tratamentos dos dados pessoais e demais informações sigilosas realizados pela CONTRATADA em nome da CMB observarão finalidades legítimas, explícitas e específicas, estritamente relacionadas com a execução do objeto previsto na Cláusula Primeira – Objeto.

19.6 O disposto no item 20.3 não exclui a possibilidade de a CONTRATADA atuar também como controladora em tratamentos necessários ao cumprimento da Cláusula Primeira – Objeto, desde que possua fundamento jurídico para o tratamento, na forma da LGPD e demais normas aplicáveis, hipótese em que será única e exclusivamente responsável pelos tratamentos que realizar.

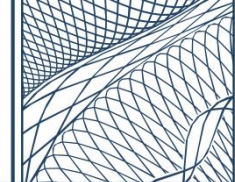
19.7 A CONTRATADA somente poderá compartilhar, conceder acesso, ou realizar qualquer outro tratamento de dados pessoais e demais informações sigilosas para as finalidades estritamente necessárias à execução do Contrato, ressalvada a hipótese de cumprimento de ordem de autoridade judicial ou administrativa, caso em que a CMB deverá ser informada do compartilhamento dos dados pessoais no prazo de 24 horas a contar do recebimento da ordem pela CONTRATADA.

19.8 A CONTRATADA é responsável pelo uso indevido que seus empregados ou prestadores de serviços fizerem dos dados pessoais e demais informações sigilosas, bem como por quaisquer falhas nos sistemas por ela empregados para o tratamento dos dados e informações.

19.9 As PARTES deverão adotar medidas de segurança técnicas, jurídicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais e demais informações sigilosas de acessos não autorizados ou de qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, considerados a natureza das informações tratadas, as características específicas do tratamento e o estado atual da tecnologia, observando-se os padrões definidos pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) e o disposto na legislação de proteção de dados e privacidade aplicáveis, sem prejuízo das obrigações relacionadas à segurança da informação e ao dever de sigilo aplicáveis às PARTES em decorrência deste Contrato.

19.10 Quaisquer incidentes de segurança, incluídos, mas não limitados aos ataques por hackers, ou invasões de qualquer natureza, ou vulnerabilidades técnicas, que exponham ou tenham o potencial de expor dados pessoais e demais informações sigilosas tratados em decorrência do presente Contrato, deverão ser imediatamente comunicados por escrito pela CONTRATADA à CMB, mesmo que se trate de meros indícios. A CONTRATADA deverá guardar todos os registros (inclusive logs, metadados e outras evidências dos incidentes), informar as providências adotadas e os dados





personais e demais informações sigilosas eventualmente afetados, bem como prestar toda a colaboração e documentação necessária a qualquer investigação ou auditoria que venha a ser realizada.

19.11 A CMB será responsável por atender diretamente às solicitações dos titulares dos dados dos quais seja controladora, e a CONTRATADA auxiliará a CMB, caso necessário, a atender essas solicitações.

19.12 A CONTRATADA está ciente de que a CMB, em virtude da natureza de suas atividades, adota controles rígidos para acesso físico às suas unidades industriais, abrangendo o tratamento de dados pessoais para verificações prévias e registros de acesso, inclusive mediante câmeras, e, se necessário, inspeção de cargas e pertences pessoais.

19.13 A CONTRATADA deverá cessar o tratamento de dados pessoais e demais informações sigilosas realizado com base no presente Contrato imediatamente após o término contratual e, a critério exclusivo da CMB, apagar, destruir ou devolver os dados que tiver obtido, ressalvados os casos em que a manutenção decorra de obrigação legal ou regulatória, caso em que a CONTRATADA atuará como controladora independente e será única e exclusivamente responsável pelos tratamentos que realizar.

## **20 CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS**

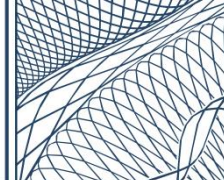
20.1 Os casos omissos serão decididos pela CMB, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303, de 2016, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## **21 CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO**

21.1 Incumbirá à CMB providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União.

## **22 CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DO FORO**

22.1 O Foro para solucionar os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato será o da Seção Judiciária da Justiça Federal do Estado do Rio de Janeiro.



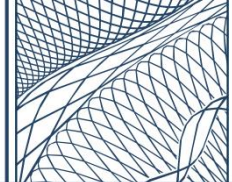
E, por estarem justos e acordados, firmam o presente instrumento em 1 (uma) via eletrônica, a qual, depois de lida, também é assinada eletronicamente para produzir seus jurídicos e legais efeitos, pelos representantes das partes, **CMB** e **CONTRATADA**:

**CASA DA MOEDA DO BRASIL - CMB**

Presidente	Diretor

**CONTRATADA**

--	--



## ANEXO V

### ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

#### 1.1. NÍVEIS MÍNIMOS DE SERVIÇO

1.1.1. Níveis de serviço são critérios objetivos e mensuráveis estabelecidos entre CONTRATANTE e CONTRATADA com a finalidade de aferir e avaliar fatores relacionados à solução contratada, principalmente qualidade, desempenho e disponibilidade de rede de atendimento.

1.1.2. A CONTRATADA deverá possuir gestor de contrato para reuniões bimestrais na sede da Contratante ou conforme conveniência das partes.

1.1.3. A CONTRATADA deverá cumprir os prazos para atendimento e solução dos chamados, conforme critérios definidos na Tabela 1 - Níveis de Serviço.

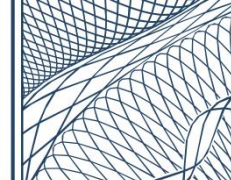
1.1.4. Ao solicitar o serviço, será informado o indicador de nível de criticidade para mensurar os fatores das situações-problema.

Nível de Criticidade	Prazo para Atendimentos/ Resolução do problema
Alta	Em até 15 dias
Média	Em até 30 dias
Baixa	Em até 60 dias

**Tabela 1 - Níveis de Serviço**

1.1.5. A solução do problema implica no retorno à condição normal de funcionamento de todos os serviços impactados. O prazo de resolução é contado a partir da comunicação pela CONTRATANTE, seja por e-mail ou Carta-Ofício.

1.1.6. A Tabela 2 - Situações típicas para acionamento de chamado junto a área gestora da Operadora e seus respectivos níveis de criticidade:



Situação	Nível de Criticidade
Atendimento a acreditação da ONA (planos Básico, Intermediários I, II e Diferenciado), conforme itens 1.2, 1.3, 1.4 e 1.5 do Anexo I.	Baixa
Confirmação de Sustentabilidade de Rede (própria e/ou credenciada), conforme item 1.7, 1.7.1, 1.7.2 e 1.7.3, do Anexo I.	Média
Atendimento aos prazos de reembolso da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, conforme regulamentação vigente à época do ocorrido.	Média
Percentual do Índice de Desempenho de Saúde Suplementar – IDSS, junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, obtenção de índice maior ou igual 0,72 da faixa de 0 a 1.	Baixa
Envio dos Relatórios Gerenciais, conforme item 11.9 do Anexo I.	Média

**Tabela 2 - Situações típicas para a Operadora.**

1.1.7. Decorrido os prazos previstos na Tabela 1 - Níveis de Serviço, sem o atendimento devido, fica a CONTRATANTE autorizada a aplicar medidas corretivas, sanções e penalidade à CONTRATADA dentro dos parâmetros explicitados no Termo de Referência, respeitado o direito ao contraditório e à ampla defesa.

1.1.8. Qualquer que seja o problema apresentado na prestação do serviço, a CONTRATADA deverá arcar com todos os custos e procedimentos necessários à sua solução, incluindo a substituição de prestador de serviço ou material, se for necessário.

## 1.2. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DA QUALIDADE

1.2.1. A execução do objeto a ser contratado será acompanhada por empregado indicado para atuar como Fiscal do Contrato, o qual deverá observar a obrigatoriedade de fazer a avaliação do desempenho do objeto contratado **bimestralmente** e as possíveis ocorrências relativas ao descumprimento de cláusulas contratuais, subsidiando o aceite, o atesto e a efetivação do pagamento.

1.2.2. A prestação do serviço deverá ser medida conforme indicador bimestral abaixo:



Indicador	Índice de Atendimento aos Níveis Mínimos de Serviço
CASA DA MOEDA DO BRASIL Processo	Plataforma da Operadora, Site da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e registros documentais
Periodicidade da Avaliação	bimestral
Definição	Mede o percentual de qualidade da prestação do serviço, disponibilidade de rede e atendimento.
Forma da Avaliação	Pelo fiscal do contrato, através de observação do site da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, Portal da Operadora contratada, Relatórios Gerenciais e reclamações documentais dos beneficiários.
Fórmula de Cálculo	Somatório de percentuais de glosas por mês/competência sobre a NF do mês de referência.
Considerações gerais	A apuração será bimestral, porém com aferição por mês/competência. As glosas, se houverem, serão aplicadas no mês posterior a apuração dos prazos máximo para resolução do problema.
Meta	100 % de atendimento aos níveis mínimos de serviços.
Glosas	Conforme Tabela 4 – Glosas.

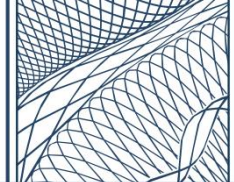
**Tabela 3 - Indicadores mensais individuais**

### 1.3. MEDIDAS CORRETIVAS

1.3.1. Em razão do descumprimento das obrigações assumidas pela CONTRATADA, referente ao não atendimento aos Níveis de Serviço, resguardado os procedimentos legais pertinentes e sem prejuízo das demais sanções cabíveis, poderá a CMB aplicar medidas corretivas de retenção e glosas no pagamento, como formas de simplificação processual.

SEVERIDADE	ATENDIMENTO	AÇÕES
ALTA	Após decorrido o prazo para atendimento do problema. (Indicado na Tabela 1)	Glosa de até 1% (um por cento) sobre o valor da Nota Fiscal, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas, a critério da CONTRATANTE.
MÉDIA	Após decorrido o prazo para atendimento do problema. (Indicado na Tabela 1).	Glosa de até 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor da Nota Fiscal, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas, a critério da CONTRATANTE.
BAIXA	Após decorrido o prazo para atendimento do problema. (Indicado na Tabela 1)	Glosa de até 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor da Nota Fiscal, sem prejuízo de eventuais sanções administrativas, a critério da CONTRATANTE.

**Tabela 4 – Glosas**

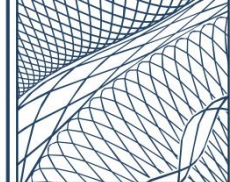


1.3.2. É assegurado à CONTRATADA a apresentação das justificativas que se fizerem necessárias frente aos resultados da apuração do Nível de Serviço mínimo estabelecido.

1.3.3. As justificativas, devidamente fundamentadas, aceitas pelo gestor e pelo gestor fiscal da contratação poderão anular a incidência de medidas corretivas na aplicação do descumprimento do Nível de Serviço Mínimo.

1.3.4. A aplicação de glosa referente ao mesmo indicador deste Acordo de Níveis de Serviço, durante três meses consecutivos, ou cinco meses intervalados durante um ano, caracterizará inexecução parcial sujeita à aplicação das sanções administrativas previstas no Termo de Referência.

1.3.5. O percentual previsto para o caso de inadimplemento em cada indicador corresponde ao percentual da glosa que deverá ser aplicada sobre o valor da fatura.



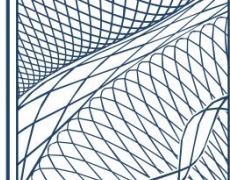
## ANEXO VI

### SINISTRALIDADE 2019 - 2025

Contrato 0193/2019:

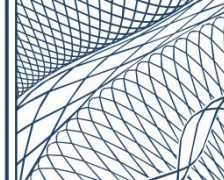
<b>Data de Competência</b>	<b>Sinistralidade</b>	<b>Operadora</b>	<b>Data de Competência</b>	<b>Sinistralidade</b>	<b>Operadora</b>
Agosto/2019	9.42%	CABERJ	Fevereiro/2022	103,02%	CABERJ
Setembro/2019	53.28%	CABERJ	Março/ 2022	90,97%	CABERJ
Outubro/2019	59.53%	CABERJ	Abril/2022	94,97%	CABERJ
Novembro/2019	85.94%	CABERJ	Maio/2022	91,71%	CABERJ
Dezembro/2019	97.02%	CABERJ	Junho/2022	95,32%	CABERJ
Janeiro/ 2020	108,56%	CABERJ	Julho/2022	93.76%	CABERJ
Fevereiro/ 2020	91,01%	CABERJ	Agosto/2022	100.86%	CABERJ
Março/ 2020	85,15%	CABERJ	Setembro/2022	104.17%	CABERJ
Abril / 2020	84,65%	CABERJ	Outubro/2022	91.68%	CABERJ
Maio/ 2020	65,16%	CABERJ	Novembro/2022	88.47%	CABERJ
Junho/2020	84,74%	CABERJ	Dezembro/2022	90.83%	CABERJ
Julho/2020	93,83%	CABERJ	Janeiro/ 2023	94.44%	CABERJ
Agosto/2020	93.07%	CABERJ	Fevereiro/ 2023	97.99%	CABERJ
Setembro/2020	75.43%	CABERJ	Março/ 2023	94.29%	CABERJ
Outubro/2020	93.95%	CABERJ	Abril/2023	123.62%	CABERJ





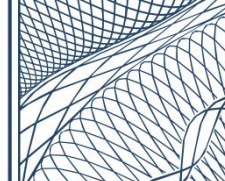
<b>Data de Competência</b>	<b>Sinistralidade</b>	<b>Operadora</b>	<b>Data de Competência</b>	<b>Sinistralidade</b>	<b>Operadora</b>
Novembro/2020	77.16%	CABERJ	Maio/2023	92.90%	CABERJ
Dezembro/2020	69.61%	CABERJ	Junho/2023	102.03%	CABERJ
Janeiro/ 2021	89,85%	CABERJ	Julho/2023	122.45%	CABERJ
Fevereiro/ 2021	86,57%	CABERJ	Agosto/2023	119.38%	CABERJ
Março/ 2021	81,24%	CABERJ	Setembro/2023	88.41%	CABERJ
Abril / 2021	103,91%	CABERJ	Outubro/2023	97.37%	CABERJ
Maio/ 2021	109,21%	CABERJ	Novembro/2023	98.15%	CABERJ
Junho/2021	117,36%	CABERJ	Dezembro/2023	100.25%	CABERJ
Julho/2021	103,14%	CABERJ	Janeiro/ 2024	96.09%	CABERJ
Agosto/2021	75,60%	CABERJ	Fevereiro/ 2024	111.06%	CABERJ
Setembro/2021	82,10%	CABERJ	Março/ 2024	121.73%	CABERJ
Outubro/2021	96,70%	CABERJ	Abril/2024	103.42%	CABERJ
Novembro/2021	94,90%	CABERJ	Maio/2024	99.8%	CABERJ
Dezembro/2021	92,50%	CABERJ	Junho/2024	97.03%	CABERJ
Janeiro/ 2022	78,27%	CABERJ	Julho/2024	101.14%	CABERJ

Contrato de Ata de Registro de Preços - ARP 1652/2024 com a Operadora Caberj Integral Saúde. Implantação em 01/08/2024:



Competência	Sinistralidade	Números de vidas
Agosto de 2024	10,62%	4.901
Setembro de 2024	52,99%	4.949
Outubro de 2024	77,07%	4.959
Novembro de 2024	83,70%	4.977
Dezembro 2024	78,92%	4.978
Janeiro 2025	63,41%	4.968
Fevereiro 2025	82,25%	4.966
Março 2025	85,40%	4.951

Fonte: Portal Gestor Empresa Caberj.

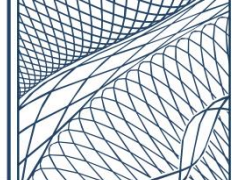


## ANEXO VII

### CIDs COM AFASTAMENTOS 2016-2024

<b>Especialidades</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>
Cardiologia	5	6	7	7	4	6	4	5	3
Clínico/ Outros	65	56	42	57	15	15	0	0	0
Endocrino./ Gastro.	4	1	0	0	0	1	5	5	1
Neoplasias	7	8	5	6	7	4	2	2	3
Neurologia	5	4	6	5	4	4	33	40	36
Ortopedia	69	67	76	58	50	45	29	18	21
Psiquiatria	30	32	32	35	34	22	18	15	15
<b>TOTAL</b>	<b>185</b>	<b>174</b>	<b>168</b>	<b>168</b>	<b>114</b>	<b>97</b>	<b>91</b>	<b>85</b>	<b>79</b>

Observação: CIDs dos afastamentos dos empregados licenciados pelo INSS.

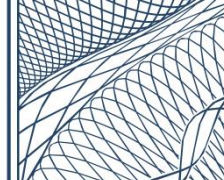


## ANEXO VIII

## RELAÇÃO DE VIDAS COM DOMICÍLIO FORA DO ESTADO DO RJ

MÊS REFERÊNCIA: DEZ/2024

Parentesco	Data Nasc.	Idade	Sexo	Município	UF
TITULAR	28/10/1980	44	M	BRASILIA	DF
TITULAR	08/09/1977	47	F	SAO PAULO	SP
FILHO	01/04/1998	26	M	SAO PAULO	SP
FILHO	17/09/2015	9	M	SAO PAULO	SP
TITULAR	15/03/1982	42	F	SALVADOR	BA
TITULAR	30/01/1956	68	M	SALVADOR	BA
ESPOSA	30/06/1956	68	F	SALVADOR	BA
TITULAR	26/07/1988	36	M	BRASILIA	DF
ESPOSA	02/10/1987	37	F	BRASILIA	DF
FILHA	11/06/2022	2	F	BRASILIA	DF
TITULAR	15/03/1981	43	M	BRASILIA	DF
TITULAR	04/11/1990	34	M	JUIZ DE FORA	MG
TITULAR	03/11/1986	38	M	JUIZ DE FORA	MG
TITULAR	29/03/1952	72	M	TIRADENTES	MG
ESPOSA	06/06/1951	73	F	TIRADENTES	MG
TITULAR	24/09/1962	62	M	BRASILIA	DF
ESPOSA	22/12/1968	56	F	BRASILIA	DF
TITULAR	23/03/1974	50	M	BRASILIA	DF
FILHO	22/03/2004	20	M	BRASILIA	DF
FILHO	14/09/2008	16	M	BRASILIA	DF
ESPOSA	21/10/1976	48	F	BRASILIA	DF
TITULAR	22/04/1978	46	F	MATO GROSSO DO SUL	MS
TITULAR	12/07/1979	45	M	MATO GROSSO DO SUL	MS
TITULAR	09/11/1980	44	M	BRASILIA	DF
ESPOSA	21/11/1979	45	F	BRASILIA	DF
FILHA	05/01/2010	15	F	BRASILIA	DF
FILHA	10/03/2014	10	F	BRASILIA	DF
TITULAR	11/08/1984	40	M	SAO PAULO	SP
ESPOSA	08/11/1988	36	F	SAO PAULO	SP
TITULAR	20/03/1977	47	M	BRASILIA	DF
ESPOSA	28/08/1982	42	F	BRASILIA	DF
FILHO	05/03/2000	24	M	BRASILIA	DF
FILHA	16/09/2008	16	F	BRASILIA	DF
FILHO	12/07/2021	3	M	BRASILIA	DF
TITULAR	31/12/1983	41	M	BRASILIA	DF
COMPANHEIRO(A)	13/07/1981	43	F	BRASILIA	DF
FILHA	13/11/2014	10	F	BRASILIA	DF
OUTRO DEPENDENTE	01/04/2005	19	F	BRASILIA	DF
FILHA	24/04/2017	7	F	BRASILIA	DF
TITULAR	03/06/1977	47	F	BRASILIA	DF
ESPOSO	01/01/1979	46	M	BRASILIA	DF
TITULAR	02/07/1983	41	F	BRASILIA	DF



UF	CIDADE	VIDAS
BA	SALVADOR	03
DF	BRASÍLIA	28
MG	JUIZ DE FORA	02
MG	TIRADENTES	02
MS	CAMPO GRANDE	02
SP	SÃO PAULO	05
		<b>TOTAL 42</b>